



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Pregão, na forma Eletrônica nº 17/2022-GSI		Data de Abertura: 22/11/2022 às 09:30h no sítio www.gov.br/compras/pt-br	
Objeto			
Contratação de empresa para prestação dos serviços de suporte técnico, manutenção preventiva e manutenção corretiva da atual solução de Controle de Acesso de Pessoas e Veículos da Presidência da República, integrante do Sistema Integrado de Segurança.			
Valor Total Estimado			
R\$ 580.005,98 (quinhentos e oitenta mil e cinco reais e noventa e oito centavos).			
Local da Prestação do Serviço			
Brasília/DF			
Registro de Preços?	Vistoria	Instrumento Contratual	Critério de Julgamento das propostas:
NÃO	SIM	TERMO DE CONTRATO	MENOR PREÇO TOTAL DO GRUPO
Exclusiva ME/EPP?	Cota Reservada ME/EPP?	Exige Amostra?	Dec. nº 7.174/2010?
NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Modo de Disputa			
A disputa dar-se-á pelo MODO ABERTO E FECHADO, nos termos do item 7.9 do edital.			
DESTAQUES			
<p>ATENÇÃO. A prática das condutas previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 (deixar de entregar ou desistir da proposta, ensejar o retardamento da licitação, não apresentar a documentação exigida, entre outras), poderá acarretar na aplicação da penalidade de IMPEDIMENTO DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO e suspensão do SICAF, por período que poderá chegar a até 5 anos, em cumprimento à legislação vigente e à Instrução Normativa da Secretaria de Administração da Presidência da República nº 1, de 23 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 24 de novembro de 2020, que estabelece procedimentos para a definição da dosimetria na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar prevista no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.</p> <p>A Instrução Normativa poderá ser consultada no endereço: https://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-sa/sg-pr-n-1-de-23-de-novembro-de-2020-289761145</p> <p>Recomendamos a atenta leitura do instrumento convocatório e alertamos para o acompanhamento do andamento do certame e quanto à necessidade de cautela quando da apresentação das propostas, cuidando para que não ocorra desconexão, nem deixem de atender as solicitações do pregoeiro, a fim de evitar a prática de condutas que poderá acarretar na aplicação das sanções previstas.</p>			

Acompanhe as sessões públicas dos Pregões Eletrônicos da Secretaria Especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República pelo endereço www.gov.br/compras/pt-br, selecionando as opções **Consultas > Pregões > Em andamento > Cód. UASG “110322”**. O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Sistema Comprasnet e também no endereço: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/secretaria-de-administracao/licitacoes>



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL**

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 017/2022-GSI
Processo Administrativo n.º 00185.001463/2022-91

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a União, por meio do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, sediado no Anexo II do Palácio do Planalto, Ala “A”, Sala 201, em Brasília-DF, CEP 70.150-900, mediante o Pregoeiro designado pela Portaria n.º 308, de 08 de novembro de 2021, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União de 09 de novembro de 2021, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por *preço global*, nos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019, no que couber do Decreto n.º 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto n.º 7.746, de 5 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP n.º 5, de 26 de maio de 2017, n.º 3, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 1, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n.º 8.538, de 6 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: **22/11/2022**

Horário: **9h30**

Local: **Portal de Compras do Governo Federal-www.gov.br/compras/pt-br**

UASG: 110322

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de suporte técnico, manutenção preventiva e manutenção corretiva da atual solução de Controle de Acesso de Pessoas e Veículos da Presidência da República, integrante do Sistema Integrado de Segurança, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 69 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço global do grupo, observadas as exigências contidas neste edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 110322

Fonte: 0100

Programa de Trabalho: 168.499

Natureza de Despesa: 33.90.39

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras/pt-br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no artigo 9º da IN SEGES/MP nº 03, de 2018.

4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2 Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2 que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

4.2.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5 que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.3 Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.3.1 É vedada ainda a contratação de empresas cujos sócios ou dirigentes tenham vínculo familiar com servidor do órgão contratante que tenha poder de influência sobre a condução da licitação (Acórdãos TCU 702/2016-P, 2057/2014-P, 1620/2013-P e 1160/2008-P).

4.3.2 Considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010).

4.4 Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5 Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.5.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.5.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte, ou sociedade cooperativa.

4.5.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.6 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

4.5.7 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.8 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.1.1 A proposta de preços será apresentada em conformidade com o instrumento convocatório, contendo todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, preenchida conforme Modelo de Proposta de Preços – Anexo II deste edital (Proposta Comercial), devendo conter:

5.1.1.1 Descrição clara e completa do objeto, contendo as especificações detalhadas, observada a descrição/especificação constante do Termo de Referência – Anexo I, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

5.1.1.2 Preços unitário e total, expressos em R\$ (reais), com aproximação de até duas casas decimais.

5.1.1.3 Prazo de validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.1.1.4 Declaração expressa de estarem incluídos no preço todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto deste pregão, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.

5.1.1.5 Razão social, endereço completo e CNPJ da licitante, referência ao número do edital do pregão, bem como o nome do banco, o número da conta corrente e a respectiva agência onde deseja receber seus créditos.

5.1.1.6 Meios de comunicação disponíveis para contato, por exemplo, telefone e endereço eletrônico.

5.1.1.7 Qualificação do preposto autorizado a firmar o contrato, tais como, nome completo, CPF, carteira de identidade.

5.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4 O licitante que estiver com alguma documentação vencida junto ao SICAF deverá encaminhar, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação.

5.5 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.6 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.7 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.8 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.9 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor unitário e total do item;

6.1.2 descrição do objeto.

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

6.3.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea “b” do inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, nos termos do art. 63, §2º da IN 05/2017);

6.4 A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1 cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2 cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais,

equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9 O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública.

6.10 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.10.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou ilegalidades.

7.2.1 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.14 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à ao Ministério da Economia;

7.14.1 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19 O critério de julgamento adotado será o menor preço (OU maior desconto), conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.20 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os

valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.22 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.23 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.24 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.25 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.26 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.26.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.26.1.1 prestados por empresas brasileiras;

7.26.1.2 prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.1.3 prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.29 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

8.2 A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

8.3 A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo **de 03 (três) horas**, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

8.4 A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.5 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.5.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.5.2 contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.5.3 não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.5.4 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexecuível;

8.5.4.1 Consideram-se preços manifestamente inexecuíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

8.6 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do anexo VII-A, da IN nº 05/2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.7 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.8 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.8.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata

8.9 O Pregoeiro convocará o licitante para o envio da proposta adequada ao último lance ofertado, após a negociação, e dos documentos complementares, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **03 (três) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.9.1 O prazo poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formalmente aceita pelo Pregoeiro, formulada antes de findo o prazo.

8.9.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

8.9.3 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

8.9.4 O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

8.9.5 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.

8.9.5.1 Considera-se erro no preenchimento da planilha a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, exceto para atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006.

8.9.5.2 Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes;

8.10 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.11 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.12 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da sessão.

8.13 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.14 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1 SICAF;

9.1.2 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.3.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.3.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.3.1.2 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.4 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4.1 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas)** horas, sob pena de inabilitação.

9.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.4.1.1 Na hipótese de serem solicitados pelo pregoeiro, os documentos serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de **2 (dois) dias úteis**, à Coordenação de Licitações da Presidência da República, Palácio do Planalto – Anexo II, Ala “A”, Sala 201, em Brasília-DF, CEP 70.150-900, em envelope fechado e rubricado no fecho, especificando o número do pregão e os dados da empresa.

9.5 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.5.1 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7 Ressalvado o disposto no **subitem 5.3**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8 Habilitação jurídica:

9.8.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.3 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.4 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.5 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.6 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9 Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.9.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6 prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7 caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10 Qualificação Econômico-Financeira:

9.10.1 certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10.2 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1 no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2 é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.3 comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

9.10.4 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.10.5 A comprovação da qualificação econômico-financeira, conforme o caso, poderá ser substituída pela consulta ao SICAF, nos casos em que a empresa estiver habilitada no referido sistema, conforme o disposto nos artigos 6º, inciso III, 10 a 16 e 21, inciso III, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018.

9.11 Qualificação Técnica:

9.11.1 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.1.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados, que comprove aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, em especial a prestação de serviços referentes à instalação, configuração e operação do software *Building Integration System* (BIS), destinado ao controle de acessos.:

9.11.1.2 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.11.1.3 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 05/2017.

9.11.1.4 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois

essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 05/2017.

9.11.1.5 Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 1 (um) ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade do 1 (um) ano ser ininterrupto, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.1.6 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 05/2017.

9.11.1.7 Deverão constar do(s) atestado(s) de capacidade técnica os seguintes dados: nome do contratante e do contratado, data de início e término dos serviços; local de execução; especificações técnicas dos serviços e os quantitativos executados; e informação sobre o bom desempenho dos serviços já executados, e que tenham tido duração mínima de 12 meses.

9.11.1.8 Não serão aceitos atestados e/ou certidões de acervos parciais, referentes a serviços exigidos na qualificação técnica em andamento.

9.11.2 Comprovação de que o licitante possui em seu quadro permanente profissional devidamente reconhecido pelo CREA ou pelo CAU, de nível superior, e que seja detentor de no mínimo 1 (uma) Certidão de Acervo Técnico por execução de serviços de características semelhantes ao objeto da presente licitação.

9.11.2.1 A comprovação poderá ser mediante “Declaração de Disponibilidade Futura”, onde a licitante se compromete que o profissional técnico que for designado para a prestação do serviço diário, para assistência técnica, possui capacidade de realização de serviços com características semelhantes ao objeto da contratação, integrará o seu quadro permanente de contratados, caso a empresa seja contratada.

9.11.2.2 Na impossibilidade de demonstração de capacidade técnico – profissional por meio de atestado, poderá ser realizada a apresentação da correspondente Certidão de Acervo Técnico.

9.11.3 As empresas deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.

9.11.3.1 O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

9.12 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.13 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a empresa será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da sessão.

9.17 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DOS RECURSOS

10.1 O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente. Nessas hipóteses serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13. 1 Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

14. DO TERMO DE CONTRATO

14.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

14.2 O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3 No ato da assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá apresentar:

14.3.1 O(s) documento(s) que lhe outorga(m) poderes para firmar o contrato (contrato social e/ou procuração);

14.3.2 Declaração de que não se enquadra nas vedações previstas no subitem 4.3 deste edital, conforme modelo - Anexo IV. A constatação da inveracidade da declaração será motivo para rescisão contratual, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

14.3.3 Declaração, de acordo com o modelo constante do Anexo IV da Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal do Brasil, em 2 (duas) vias, assinada pelo seu representante legal, caso a licitante vencedora seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e

Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, conforme modelo - Anexo V deste edital.

14.3.3.1 A declaração poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

14.4 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

14.4.1 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.5 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão no termo de referência e no instrumento contratual.

14.6 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

14.6.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

14.6.2 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14.7 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

14.8 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

15. DO REAJUSTE

15.1 As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

16. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1 Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

18. DO PAGAMENTO

18.1 As regras acerca do pagamento do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

18.1.1 É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, observando as disposições contidas na Instrução Normativa da Secretaria de Administração da Presidência da República nº 1, de 23 de novembro de 2020, o licitante/adjudicatário que:

19.1.1 não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

19.1.2 apresentar documentação falsa;

19.1.3 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

19.1.4 ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.5 não manter a proposta;

19.1.6 cometer fraude fiscal;

19.1.7 comportar-se de modo inidôneo;

19.2 Considera-se retardar a execução do objeto qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato, conforme a Instrução Normativa SA/PR nº 1, de 23 de novembro de 2020.

19.3 Considera-se não manter a proposta a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento, nos termos da Instrução Normativa SA/PR nº 1, de 23 de novembro de 2020.

19.4 Considera-se comportar-se de modo inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como a fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original, de acordo com a Instrução Normativa SA/PR nº 1, de 23 de novembro de 2020.

19.5 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no **subitem 19.1** ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

19.5.1 Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

19.5.2 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

19.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

19.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à

apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

19.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.9 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.10 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.11 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

19.12 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.14 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

20.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail cpl@presidencia.gov.br ou por petição dirigida ou protocolada na Coordenação de Licitações, situada no Anexo II do Palácio do Planalto, Ala “A”, Sala 201, de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 14h às 17h.

20.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

20.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço eletrônico cpl@presidencia.gov.br.

20.6 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

20.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

20.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

21.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

21.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

21.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras/pt-br e <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/secretaria-de-administracao/licitacoes>, e também poderá ser obtido na Coordenação de Licitações, situada no Anexo II, Ala “A”, Sala 201, do Palácio do Planalto, nos dias úteis, no horário das 9h às 12h e das 14h às 17h horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

21.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

21.12.1 ANEXO I - Termo de Referência;

21.12.1.1 Apêndice I do Termo de Referência – Termo de Confidencialidade;

21.12.1.2 Apêndice II do Termo de Referência – Modelo de Declaração de Visita Técnica;

21.12.1.3 Apêndice III do Termo de Referência – Modelo de Declaração de Dispensa de Vistoria;

21.12.1.4 Apêndice IV do Termo de Referência – Termo de Recebimento Provisório;

21.12.1.5 Apêndice V do Termo de Referência – Termo de Recebimento Definitivo;

21.12.1.6 Apêndice VI do Termo de Referência – Instrumento de Medição de Resultados (IMR);

- 21.12.1.7 Apêndice VII do Termo de Referência - Modelo de Ordem de Serviço;
- 21.12.1.8 Apêndice VIII do Termo de Referência - Estudo Técnico Preliminar;
- 21.12.2 ANEXO II – Modelo de Proposta;
- 21.12.3 ANEXO III – Declaração de Pleno conhecimento das Condições de Vistoria;
- 21.12.4 ANEXO IV – Declaração que não mantém familiar;
- 21.12.5 ANEXO V – Declaração de optante pelo Simples Nacional
- 21.12.6 ANEXO VI – Minuta de Termo de Contrato

Brasília, 07 de novembro de 2022

Diego Fernandes do Nascimento
Pregoeiro – Presidência da República

ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 17/2022-GSI Processo Administrativo n.º 00185.001463/2022-91

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa para prestação dos **serviços** de suporte técnico, manutenção preventiva e manutenção corretiva da atual solução de Controle de Acesso de Pessoas e Veículos da Presidência da República, integrante do Sistema Integrado de Segurança. Os locais a serem demandados são os seguintes: Palácio do Planalto, Palácio do Alvorada, Palácio do Jaburu, Granja do Torto, Pavilhão das Metas e anexos localizados no Complexo N2

1.1.1 a contratação será efetuada em grupo único, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSERV	UNIDADE	QTD.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	Mensalidade de disponibilidade para execução de Suporte Técnico, que envolve a verificação técnica de funcionamento do software <i>Building Integration System</i> (BIS) e bancos de dados vinculados, existentes nas dependências da Presidência da República.	23094	UN	12	17.810,42	213.725,04
2	Mensalidade de disponibilidade para Manutenção Preventiva/Corretiva que envolve a verificação técnica de funcionamento de todos os itens que compõem o Sistema Integrado de Segurança, como cancelas, vias de passagens e leitores, existentes nas dependências da Presidência da República.	23094	UN	12	10.381,79	124.581,48
3	Serviço de atualização e configuração do software Building Integration System (BIS), software proprietário da empresa BOSCH , atualmente em operação na Presidência da República, para a versão 4.5 ou superior.	23094	UN	2	7.268,58	14.537,17
4	Serviço de customização de relatório a partir do banco de dados SQL Server 2012R2 ou versão superior.	23094	UN	3	3.574,82	10.724,46
5	Serviço de restauração do banco de dados SQL Server 2012R2 ou versão superior.	23094	UN	1	2.877,89	2.877,89
6	Serviço de reparação de ponto de rede com substituição de conectores.	23094	UN	20	145,84	2.916,80
7	Serviço de reparação de cabo de fibra óptica multimodo com fusão.	23094	UN	5	1.307,53	6.537,65
8	Serviço de lançamento de ponto de rede CAT 6 (10 metros), instalação de conectores e certificação.	23094	UN	6	497,96	2.987,76
9	Serviço de lançamento de ponto de rede CAT 6 (20 metros), instalação de conectores e certificação	23094	UN	6	529,14	3.174,84

10	Serviço de lançamento de ponto de rede CAT 6 (30 metros), instalação de conectores e certificação.	23094	UN	6	590,32	3.541,92
11	Serviço de lançamento de ponto de rede CAT 6 (50 metros), instalação de conectores e certificação.	23094	UN	6	692,98	4.157,88
12	Serviço de reparação de ponto elétrico com substituição de pinos e tomadas.	23094	UN	10	214,33	2.143,30
13	Serviço de substituição dos postes de sacrifício existentes nas guaritas de acesso aos estacionamentos da PR e Anexos.	23094	UN	5	1.509,18	7.545,90
14	Serviço de isolamento contra intemperes das caixas de distribuição expostas ao tempo nas quais há equipamentos destinados ao controle de acesso de veículos instalados.	23094	UN	20	713,89	14.277,80
15	Serviço de refrigeração da caixa de distribuição exposta às intempéries, nas quais há equipamentos destinados ao controle de acesso de veículos instalados.	23094	UN	5	1.584,86	7.924,30
16	Serviço de substituição do conjunto soldado do pedestal em aço inox escovado AISI 304 fabricado em chapa de 2mm de espessura de qualquer uma das torres de via de passagem tipo DIGICON d'GATE já existentes na Presidência da República.	23094	UN	2	303,88	607,76
17	Serviço de substituição da fechadura articulada com cilindro e 2 chaves de qualquer uma das torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	23094	UN	6	315,60	1.893,60
18	Serviço de substituição do acabamento central da torre, em aço inox, com fenda, nos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE, 500R ou 500T, existentes na Presidência da República.	23094	UN	2	306,81	613,62
19	Serviço de substituição do acabamento central da torre, em aço inox, com fenda, nos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE, PNE, 900R ou 900T, existentes na Presidência da República.	23094	UN	2	297,04	594,08
20	Serviço de substituição do vidro temperado de 12mm, translúcido, em formato de "asa de anjo" nos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE, 500R ou 500T, existentes na Presidência da República.	23094	UN	4	393,13	1.572,52
21	Serviço de substituição do vidro temperado de 12mm, translúcido, em formato de "asa de anjo", nos modelos de torres de via de passagem DIGICON, d' GATE, PNE, 900R ou 900T existentes na Presidência da República.	23094	UN	4	391,85	1.567,40
22	Serviço de substituição do contrapeso de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	23094	UN	4	399,54	1.598,16
23	Serviço de substituição do conjunto da alavanca principal d'GATE de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	23094	UN	6	399,53	2.397,18

24	Serviço de substituição e ajustes do motor 24V compatível com o lado 500R ou 500T dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	23094	UN	3	491,06	1.473,18
25	Serviço de substituição e ajustes do motor 24V compatível com o lado PNE 900R ou 900T dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	23094	UN	2	506,90	1.013,80
26	Serviço de substituição da fonte de alimentação 220V/24V - 4,5A de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	23094	UN	5	503,73	2.518,65
27	Serviço de substituição da fonte de alimentação 220V/12V de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	23094	UN	5	217,58	1.087,90
28	Serviço de substituição e configuração da placa pictograma superior de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	23094	UN	2	396,97	793,94
29	Serviço de substituição e configuração da placa pictograma passiva de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	23094	UN	2	402,10	804,20
30	Serviço de substituição e configuração da placa pictograma frontal de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	23094	UN	4	395,69	1.582,76
31	Serviço de substituição e configuração do conjunto Kit de sensores receptores 500 das torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	23094	UN	2	400,82	801,64
32	Serviço de substituição e configuração do conjunto Kit de sensores receptores 900 das torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	23094	UN	2	396,97	793,94
33	Serviço de substituição e configuração do conjunto Kit de sensores transmissores 900 das torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	23094	UN	2	413,62	827,24
34	Serviço de substituição e configuração do conjunto sensor 10 transmissor DFLOW das torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	23094	UN	2	393,13	786,26
35	Serviço de substituição do capacitor elétrico 100000µF – 35V radial de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	23094	UN	10	394,41	3.944,10
36	Serviço de substituição e configuração da tampa superior do gabinete em aço inox com acrílico com 1 pictograma e sem registro de	23094	UN	2	305,83	611,66

	qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.					
37	Serviço de substituição e configuração da tampa superior do gabinete em aço inox com acrílico com 1 pictograma e 1 registro de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	23094	UN	2	309,74	619,48
38	Serviço de substituição e configuração da tampa superior do gabinete em aço inox com acrílico com 2 pictogramas e 2 registros de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	23094	UN	2	315,60	631,20
39	Serviço de substituição do cabo solenoide 12V de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	23094	UN	5	315,60	1.578,00
40	Serviço de substituição do conjunto coletor de cartão com urna de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	23094	UN	4	396,97	1.587,88
41	Serviço de substituição da placa do motor – d'GATE AW900.	23094	UN	5	585,13	2.925,65
42	Serviço de substituição da placa do motor – d'GATE AW500.	23094	UN	5	575,70	2.878,50
43	Serviço de substituição e configuração do conjunto do módulo de controle e bloqueio de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	23094	UN	5	587,02	2.935,10
44	Serviço de substituição e configuração do sensor photo elétrico – receptor – E3Z – T81 12/24VDC de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	23094	UN	5	604,01	3.020,05
45	Serviço de substituição da placa de saída com 2 reles de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	23094	UN	4	596,46	2.385,84
46	Serviço de substituição do conjunto mecanismo d'GATE 500R ou 500T.	23094	UN	2	768,29	1.536,58
47	Serviço de substituição do conjunto mecanismo d'GATE PNE 900R ou 900T.	23094	UN	2	760,81	1.521,62
48	Serviço de substituição do Gabinete universal em aço com espessura mínima de 2mm da cancela PPA Sem Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da República.	23094	UN	2	395,69	791,38
49	Serviço de substituição da barreira ou haste da cancela PPA Sem Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da República.	23094	UN	10	210,85	2.108,50
50	Serviço de substituição do sistema de escamoteamento para abertura manual da cancela PPA Sem Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da	23094	UN	5	391,85	1.959,25

	República.					
51	Serviço de substituição e configuração da central eletrônica da cancela PPA Sem Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da República.	23094	UN	8	400,82	3.206,56
52	Serviço de substituição e configuração do conjunto de polias (superior e inferior) da cancela PPA Sem Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da República.	23094	UN	5	209,50	1.047,50
53	Serviço de substituição da correia lisa da cancela PPA Sem Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da República.	23094	UN	5	212,87	1.064,35
54	Serviço de substituição do motor de 1 HP, 220V, compatível a cancela PPA Sem Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da República.	23094	UN	8	770,79	6.166,32
55	Serviço de substituição do freio eletrônico da cancela PPA Sem Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da República.	23094	UN	5	390,57	1.952,85
56	Serviço de substituição do laço indutivo da cancela PPA Sem Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da República.	23094	UN	5	1.173,71	5.868,55
57	Serviço de substituição do rolamento do motor de 1 HP, 220V, compatível a cancela PPA Sem Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da República.	23094	UN	5	400,82	2.004,10
58	Serviço de substituição e configuração do conjunto de fotocélula com fonte de alimentação compatível a cancela PPA Sem Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da República.	23094	UN	10	503,60	5.036,00
59	Serviço de substituição e configuração da botoeira de emergência para abertura manual da cancela PPA Sem Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da República.	23094	UN	10	212,87	2.128,70
60	Serviço de substituição da base do motor de 1 HP, 220V, compatível a cancela PPA Sem Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da República.	23094	UN	2	965,43	1.930,86
61	Serviço de substituição do retentor do motor de 1 HP, 220V, compatível a cancela PPA Sem Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da República.	23094	UN	5	411,06	2.055,30
62	Serviço de substituição do conjunto de fixação da haste no gabinete da cancela PPA Sem Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da República.	23094	UN	30	411,06	12.331,80
63	Serviço de substituição e configuração de leitor de proximidade, no sistema BIS .	23094	UN	15	413,62	6.204,30
64	Serviço de configuração do leitor de cartão <i>smartcard</i> USB, no sistema BIS .	23094	UN	5	396,93	1.984,65
65	Serviço de substituição e configuração da antena UHF com leitor UHF, posicionadas nas cancelas PPA Sem Parar Jet Flex, existentes	23094	UN	4	592,68	2.370,72

	nas dependências da Presidência da República.					
66	Serviço de instalação e configuração da placa de controle Bosch AMC Controlador V2.0, 4xWiegand, CF, existentes nas cancelas PPA Sem Parar Jet Flex, e vias de passagem DIGICON d'GATE existentes nas dependências da Presidência da República.	23094	UN	10	590,80	5.908,00
67	Serviço de modernização e customização da aplicação de CADASTRO VISITANTE – ORION, integrado ao BIS , existente nas dependências da Presidência da República.	23094	UN	5	3.552,26	17.761,30
68	Serviço de modernização e customização da aplicação "GATEVIEWER", integrado ao BIS , que disponibiliza visualização fotográfica de servidores e visitantes em tempo real quando do acesso às dependências da Presidência da República.	23094	UN	5	3.586,09	17.930,45
69	Serviço de criação de relatório dinâmico, tipo "dashboard", utilizando-se dos dados já disponibilizados na base de corporativa " BIS ", gerando, na sequência uma representação gráfica dessa consulta.	23094	UN	2	3.518,43	7.036,86
TOTAL (R\$)						580.005,98

1.2 O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de suporte técnico, manutenção preventiva e manutenção corretiva da atual solução de Controle de Acesso de Pessoas e Veículos da Presidência da República, integrante do Sistema Integrado de Segurança

1.3 Os quantitativos e respectivo código dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4 A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

1.5 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, no limite máximo de 60 (sessenta) meses, mediante Termos Aditivos, de acordo com o artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada no item 2 do Estudo Técnico Preliminar nº 18/2022, Anexo IX deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A descrição da solução abrange a Contratação de empresa para prestação dos **serviços** de suporte técnico, manutenção preventiva e manutenção corretiva da atual solução de Controle de Acesso de Pessoas e Veículos da Presidência da República, integrante do Sistema Integrado de Segurança. Os locais a serem demandados são os seguintes: Palácio do Planalto, Palácio da Alvorada, Palácio do Jaburu, Granja do Torto, Pavilhão das Metas e anexos localizados no Complexo N2.

3.2 Os serviços a serem prestados estão discriminados em **69 itens**, porém contratados como uma única prestação.

3.3 Dentre os serviços previstos, os descritos como “mensalidade” (itens 1 e 2) são continuados e serão de prestação obrigatória, para fins de checagem do funcionamento do sistema como um todo.

3.4 Os serviços discriminados do item 3 ao item 69 serão realizados pela CONTRATADA apenas mediante acionamento e autorização prévia, via emissão de ordem de serviço.

3.5 A contratação será realizada em um grupo único, de modo que a CONTRATADA seja capaz de realizar todos os serviços, facilitando assim o acionamento e evitando dessa forma questões de estabelecimento de responsabilidades no caso de não prestação ou prestação inadequada.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1 Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica. .

4.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1 Serviço continuado para os serviços de suporte técnico e manutenções preventiva e corretiva.

5.1.2 Os locais para realização dos serviços de suporte técnico e manutenções preventivas/corretivas serão os seguintes: *Palácio do Planalto, Palácio da Alvorada, Granja do Torto, Pavilhão das Metas e Complexo N2, todos localizados na cidade de Brasília – DF*. As peças e insumos necessários para a realização dos serviços serão fornecidos à contratada. Relevante ressaltar que os sistemas de base de dados encontram-se em anexo do Palácio do Planalto.

5.1.3 Os serviços serão de natureza continuada, durante a vigência do contrato. A prestação dos serviços de suporte técnico e manutenções preventiva e corretiva, de forma diária e contínua, garante a efetividade do serviço e a integração com equipe técnica que gerencia o sistema de cancelas e vias de passagens existentes nas dependências da Presidência da República, na cidade de Brasília DF.

5.1.4 O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, prorrogável na forma do artigo 57, da Lei 8.666, de 1993.

5.2 Quanto às práticas de sustentabilidade, a contratada deverá dar destinação adequada aos resíduos e substituição de peças decorrentes das manutenções preventivas e corretivas, seja para reutilização, à reciclagem, ou a outra forma de destinação ambientalmente adequada, conforme determinado na alínea “a”, inciso I, do art 31 da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.

5.3 Deve ainda a contratada, ao término do prazo de sua contratação, realizar um reconhecimento de rotinas de serviços de manutenção corretiva e preventiva, com eventual nova prestadora de serviços contratada, com o objetivo de prover uma gradual transferência de conhecimento e técnicas empregadas. Essa rotina e as condições de execução serão definidas oportunamente de comum acordo entre a contratada e a contratante.

5.4 Como condição prévia, a licitante adjudicatária deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1 Os critérios de sustentabilidade dizem respeito exclusivamente aos resíduos eventualmente gerados com a presente contratação, principalmente com a substituição de peças e insumos inservíveis, que devem ser encaminhados à reutilização, à reciclagem ou a outra forma de destinação ambientalmente adequada, conforme determinado na alínea 'a', inciso I, do art. nº 31 da Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim.

7.1.1 O licitante interessado deverá agendar sua vistoria Coordenação-Geral de Segurança de Instalações/DSeg/SCP/GSI-PR, pelo telefone (061) 3411-7110, nos dias úteis, nos horários compreendidos de 09:00hs às 12:00hs e de 14:00hs às 17:00hs.

7.1.2 O prazo para a vistoria iniciar-se-á o dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2 A vistoria, conjuntamente com o Termo de Referência, subsidiará as informações necessárias para elaboração da proposta, não cabendo alegação posterior, sob qualquer hipótese de desconhecimento acerca dos serviços.

7.3 A vistoria será acompanhada por servidor da Presidência da República, que assinará, em conjunto com o representante da empresa que realizou a vistoria, a **DECLARAÇÃO DE VISTORIA**, conforme modelo existente no **Apêndice II (MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA)** deste Termo de Referência.

7.4 A vistoria, se agendada pela licitante, deve ser realizada pelo representante da empresa, identificado pela cédula de identidade oficial, **o qual deve entregar cópia de documento que comprove o vínculo com a empresa.**

7.5 Caso a empresa licitante abstenha-se de realizar a Vistoria, deverá encaminhar Declaração de Pleno conhecimento das Condições de Vistoria, declarando, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do objeto, assumindo total responsabilidade pela prestação do serviço, e que não haverá qualquer questionamento futuro que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Presidência da República.

7.6 Por se tratar de vistoria facultativa, a sua não realização não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.7 A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO - MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS - INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

8.1 A execução do objeto seguirá dinâmica específica para atendimento das necessidades da Presidência da República.

8.2 ITEM 01 - SUPORTE TÉCNICO

8.2.1 Será realizado nas instalações do Palácio do Planalto, Palácio do Alvorada, Palácio do Jaburu, Granja do Torto, Pavilhão das Metas e anexos localizados no Complexo N2 e se iniciará imediatamente após a assinatura do contrato.

8.2.2. Será local mediante a prestação dos serviços de suporte técnico e manutenções preventiva e corretiva, de forma diária e contínua, prestados por profissional eletrotécnico da CONTRATADA, em dias úteis, no horário de 08hs às 12hs e 14hs às 18hs.

8.2.3. Se for comprovado que a solução do incidente se encontra sob a responsabilidade da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá solicitar a participação de profissionais da CONTRATANTE para auxiliá-la na correção.

8.2.4. Caso a CONTRATADA precise efetuar adequações que envolvam modificações no ambiente computacional da CONTRATANTE em que a CONTRATADA não tenha domínio, como reconfiguração de firewall, serviços de rede, alterações nas configurações das máquinas virtuais do Sistema de Controle de Acesso de Pessoas e Veículos, deverá a CONTRADA solicitar formalmente a reconfiguração à CONTRATANTE com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência. A CONTRATANTE avaliará as condições de atendimento e o prazo de execução.

8.2.5. Caberá à CONTRATADA estimar a estrutura necessária para atender o suporte técnico e cumprir ao estabelecido no item 14, bem como ao Instrumento de Medição de Resultados, Apêndice VII.

8.2.6 O **SUPORTE TÉCNICO** engloba os seguintes serviços a serem realizados diária e presencialmente, no Centro de Dados da Diretoria de Tecnologia da Presidência da República e/ou na sala do administrador da Solução de Controle de Acesso de Pessoas e Veículos da Presidência da República localizada no Palácio do Planalto.

8.2.6.1 Reinstalar e reconfigurar a atual versão do software *Building Integration System* (BIS), versão 4.28871.0, ou versão superior caso já tenha sido atualizada, na máquina virtual destinada a essa aplicação, mantendo-se a atual configuração existente, descrita no quadro a seguir:

DESCRIÇÃO DA LICENÇA	QTD	FUNÇÃO DA LICENÇA
Pacote básico BIS	1	- Habilita a função padrão do BIS. - Possui licença para 01 (um) micro cliente.
Gerenciamento de alarmes	1	- Habilita <i>timer</i> , distribuição de mensagens, alarme do operador e inicializador de aplicativos.
Ampliação de clientes BIS	45	- Adiciona 01 (um) cliente ao BIS.
Pacote básico de Controle de Acesso do BIS	1	- Habilita a função de controle de acesso no BIS. - Possui licença para 1.000 cartões e 32 portas.
Ampliação de cartões no	14	- Amplia em 1.000 cartões o total de cartões do controle

controle de acesso do BIS		de acesso no BIS.
Ampliação de portas no controle de acesso do BIS	5	- Amplia em 32 portas o total de portas do controle de acesso no BIS.
SDK/API no controle de acesso do BIS	1	- Habilita SDK/API do sistema de controle de acesso do BIS, permitindo a integração com <i>softwares</i> e sistemas terceiros.

8.2.6.2 Instalar, configurar e integrar, na versão do BIS operante, novas licenças que venham a ser adquiridas pela CONTRATADA.

8.2.6.3 Instalar e configurar, no BIS em operação, atualizações dessa versão que venham a ser disponibilizadas pelo fabricante Bosch do *software*.

8.2.6.4 Reinstalar e reconfigurar o Banco de Dados SQL Server 2012R2 componente do BIS. Esta plataforma de banco de dados está instalada em uma máquina virtual específica, localizada no Centro de Dados.

8.2.6.5 Acompanhar e inspecionar diariamente o funcionamento das máquinas virtuais nas quais estão instaladas o SQL Server 2012R2 e o BIS em operação quanto aos seguintes aspectos:

- a) Processamento interno;
- b) Espaço em disco interno;
- c) Integração entre ambas as aplicações e máquinas virtuais; e
- d) Performance de rede.

8.2.6.7 Apresentar, por escrito e tecnicamente justificadas, as sugestões que amparem as necessidades de alterações nas máquinas virtuais empregadas no Sistema de Controle de Acesso de Pessoas e Veículos.

8.2.6.8 Manter em funcionamento os serviços de importação para o BIS de dados do público interno da Presidência da República (servidores, estagiários, prestadores de serviço e terceirizados, provisórios e profissionais da imprensa credenciados), cadastrados pela Secretaria de Administração (SA), utilizados no Sistema de Controle de Acesso de Pessoas e Veículos e na confecção do Cartões de Identidade Funcional e Crachás Institucionais, obedecendo as limitações impostas a seguir:

- a) Os dados dos servidores, estagiários e provisórios são cadastrados no sistema PES;
- b) Os dados dos prestadores de serviço e terceirizados são cadastrados no sistema GERCONT;
- c) Os dados dos profissionais da imprensa são cadastrados no sistema de Credenciamento da Imprensa;
- d) Os sistemas PES, GERCONT e Credenciamento da Imprensa utilizam como plataforma de banco de dados o ORACLE 14g, podendo ser atualizado pela Diretoria de Tecnologia (DITEC) da Secretaria de Administração da Presidência da República.
- e) O BIS utiliza como plataforma de banco de dados o SQL Server 2012R2;
- f) A integração entre os bancos de dados ORACLE, especificados na alínea 'd', e o banco de dados SQL especificado na alínea 'd' é realizada por meio de *views* disponibilizadas pela DITEC;
- g) É proibido o BIS realizar alterações nos bancos de dados da plataforma ORACLE da Presidência da República, especificados na alínea 'd'; e

h) Atualmente, a integração e importação dos dados para o BIS é realizada por meio da aplicação A1-Importação Presidência – ORION, instalada no Windows da máquina virtual do SQL Server 2012R2.

8.2.6.9 Manter em funcionamento os serviços de exclusão, do BIS, dos dados pessoais daquelas pessoas que deixarem de configurar como público interno da PR, obedecendo as seguintes limitações:

- a) Todos os dados de acesso, assim como *logs* de eventos devem ser preservados;
- b) A exclusão dos dados impedirá apenas tentativas futuras de acesso às instalações da PR por meio do Sistema de Controle de Acesso de Pessoas e Veículos; e
- c) Atualmente, a rotina de exclusão de dados do BIS é realizada por meio da aplicação A1-Importação Presidência – ORION, instalada no Windows da máquina virtual do SQL Server 2012R2.

8.2.6.10 Manter em funcionamento os serviços de mensagens enviadas, diariamente por e-mail, das tarefas executadas por meio do BIS e da aplicação Importação Presidência, quais sejam:

- a) Mensagens referentes a realização dos seguintes backups: EVENTLOGFILTER, ACEDB, DB9000 e EVENTLOG;
- b) Mensagens referentes à identificação dos Terceirizados incluídos no BIS;
- c) Mensagens referentes à identificação do Prestadores de Serviço incluídos no BIS;
- d) Mensagens referentes à identificação Terceirizados e Prestadores de Serviço excluídos do BIS;
- e) Mensagens referentes à identificação dos Servidores incluídos no BIS;
- f) Mensagens referentes à identificação dos Servidores excluídos do BIS;
- g) Mensagens referentes à identificação dos Profissionais da Imprensa incluídos no BIS;
- h) Mensagens referentes à inclusão dos cadastramentos provisórios incluídos no BIS; e
- i) Todas as mensagens de e-mail devem transitar por meio do correio eletrônico utilizado pela Presidência da República.

8.2.6.11 Manter em funcionamento e reconfigurar, se necessário, todas as rotinas de backup existentes.

8.2.6.12 Manter em funcionamento e realizar os ajustes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA dos serviços de expedição de relatórios a partir do BIS.

8.2.6.13 Manter em funcionamento e produzir QUERYIES de relatórios no SQL Server 2012R2 a partir das tabelas que compõem o BIS.

8.2.6.14 Realizar as seguintes atividades no Gerenciador de Configuração do BIS:

- a) Registrar e ativar de licenças;
- b) Ajustar configurações da própria máquina virtual do BIS;
- c) Criar e configurar perfis de usuários do BIS;
- d) Cadastrar operadores nos diversos perfis existentes e naqueles que vierem a ser criados;
- e) Cadastrar e configurar as estações de trabalho componentes da Solução de Controle de Acesso de Pessoas e Veículos da Presidência da República;
- f) Criar e configurar perfis e direitos das estações de trabalho componentes da Solução de Controle de Acesso de Pessoas e Veículos da Presidência da República;

- g) Criar e configurar novas conexões cadastrando placas de controle e leitores.
- h) Manter e reconfigurar conexões existentes;
- i) Criar e configurar design de cartões para serem utilizados por meio do *Access Engine*;
- j) Personalizar serviços para os cartões criados;
- l) Cadastrar diferentes tipos de detectores;
- m) Configurar os diferentes tipos de alarmes;
- n) Configurar diferentes tipos de leitores de cartão em ACE Leitor de Cartões; e
- o) Configurar diferentes tipos de cartões *smartcard* em ACE Definição de Cartão.

8.2.6.15. Realizar no BIS Manager os ajustes de configurações de backup do BIS.

8.2.6.16. Instalar, reinstalar e configurar o navegador para acesso ao BIS.

8.2.6.17. Instalar, reinstalar e configurar o navegador para acesso ao Access Engine.

8.2.6.18. Analisar no BIS os campos “Visão Geral do Dispositivo” e “Visão Geral do Local” informando a Presidência da República anormalidades existentes.

8.3. ITEM 02 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA

8.3.1 Será realizado nas instalações do Palácio do Planalto, Palácio do Alvorada, Palácio do Jaburu, Granja do Torto, Pavilhão das Metas e anexos localizados no Complexo N2.

8.3.2. Será local mediante a prestação dos serviços de manutenção preventiva, de forma diária e contínua, em dias úteis, no horário de 08hs às 12hs e 14hs às 18hs. O funcionário responsável pela manutenção preventiva não poderá ser o mesmo funcionário descrito no item 8.2.2 (ITEM 01 – SUPORTE TÉCNICO) deste Termo de Referência.

8.3.3. Se for comprovado que a solução do incidente se encontra sob a responsabilidade da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá solicitar a participação de profissionais da CONTRATANTE para auxiliá-la na correção.

8.3.4. Caberá à CONTRATADA estimar a estrutura necessária para atender à manutenção preventiva e cumprir ao estabelecido no item 14, bem como ao Instrumento de Medição de Resultados, Apêndice VII.

8.3.5 A MANUTENÇÃO PREVENTIVA engloba os seguintes serviços a serem realizados DIARIAMENTE e PRESENCIALMENTE:

8.3.5.1 Serviços a serem realizados nas posições de cadastramento de visitantes localizadas nas recepções do Palácio do Planalto e Anexos.

8.3.5.1.1 Manter os computadores em funcionamento com acesso à rede local da PR. Caso haja falha, realizar as seguintes ações:

- a) Verificar e restabelecer conexões elétricas e lógicas;
- b) Analisar o funcionamento do sistema operacional; e
- c) Verificar o funcionamento do login de acesso à rede PR.

8.3.5.1.2 Garantir o acesso do usuário à aplicação “CADASTRO VISITANTES - ORION” destinada ao cadastramento de visitantes.

8.3.5.1.3. Manter em funcionamento a aplicação “CADASTRO VISITANTES – ORION”. Caso haja falha, realizar as seguintes ações:

- a) Verificar se a aplicação está instalada, se sua versão está atualizada, se há conexão com o BIS;

- b) Verificar o funcionamento da webcam Logitech C920, ou outra similar que venha a ser instalada com a mesma finalidade;
- c) Verificar o funcionamento do scanner Fujitsu FI-65F, ou outro similar que venha a ser instalada com a mesma finalidade;
- d) Verificar o funcionamento do leitor de cartão smartcard Bosch Lectus 5000MD;
- e) Reinstalar e atualizar, se for o caso, os drives da webcam, do scanner e do leitor de cartão;
- f) Atualizar ou reinstalar, se for o caso, a aplicação “CADASTRO VISITANTES - ORION”; e
- g) Realizar um cadastramento teste, com atribuição de cartão/crachá de visitante e preenchimento de todos os campos existentes. Após a gravação do cartão/crachá, testá-lo em alguma via de passagem para atestar o seu correto funcionamento.

8.3.5.2. Serviços a serem realizados nas posições, especificadas no quadro a seguir, onde há visualização de fotografias dos usuários das vias de passagem instaladas no Palácio do Planalto e Anexos.

8.3.5.2.1 Manter os computadores em funcionamento com acesso à rede local da PR. Caso haja falha, realizar as seguintes ações:

- a) Verificar e restabelecer conexões elétricas e lógicas;
- b) Analisar o funcionamento do sistema operacional; e
- c) Verificar o funcionamento do login de acesso à rede PR.

8.3.5.2.2 Cada posição de visualização possui um usuário (login e senha) específico. Garantir o acesso desse usuário à aplicação “GATEVIEWER”, destinado a visualização de fotografias dos usuários das vias de passagem;

8.3.5.2.3 Manter em funcionamento a aplicação GATEVIEWER”. Caso haja falha, realizar as seguintes ações:

- a) Verificar se a aplicação está instalada, se sua versão está atualizada, se há conexão com o BIS;
- b) Verificar e, se for o caso, corrigir a configuração da aplicação;
- c) Atualizar ou reinstalar, se for o caso, a aplicação “GATEVIEWER”;
- d) Manter em registro os logs referentes aos últimos 30 (trinta) dias de funcionamento da aplicação; e
- e) Realizar o teste de funcionamento da aplicação.

8.3.5.3. Serviços a serem realizados nas posições de cadastramento de veículos de visitantes localizadas nas guaritas de acesso .

8.3.5.3.1 Manter os computadores em funcionamento com acesso à rede local da PR. Caso haja falha, realizar as seguintes ações:

- a) Verificar e restabelecer conexões elétricas e lógicas;
- b) Analisar o funcionamento do sistema operacional; e
- c) Verificar o funcionamento do login de acesso à rede PR.

8.3.5.3.2 Garantir o acesso do usuário à aplicação “CADASTRO VISITANTES - ORION” destinada ao cadastramento de veículos de visitantes.

8.3.5.3.3 Manter em funcionamento a aplicação “CADASTRO VISITANTES – ORION”. Caso haja falha, realizar as seguintes ações:

- a) Verificar se a aplicação está instalada, se sua versão está atualizada, se há conexão com o BIS;
- b) Verificar o funcionamento do leitor de cartão smartcard Bosch Lectus 5000MD, ou outro similar que venha a ser instalada com a mesma finalidade;
- c) Reinstalar e atualizar, se for o caso, o driver do leitor de cartão smartcard Bosch Lectus 5000MD, ou outro similar que venha a ser instalada com a mesma finalidade;
- d) Atualizar ou reinstalar, se for o caso, a aplicação “CADASTRO VISITANTES - ORION”; e
- e) Realizar um cadastramento teste, com atribuição de cartão/crachá de estacionamento e preenchimento de todos os campos existentes. Após a gravação do cartão/crachá, testá-lo nos leitores dos totens de entrada e de saída.

8.3.5.4 Serviços a serem realizados nas torres das vias de passagens destinadas ao controle de acesso de pessoas:

Legenda de CÓDIGOS das torres:

500T = 768.01.655-15

500R/500T = 768.01.654-05

500R = 768.01.656-09

500R/900T = 768.01.660-09

900T = 768.01.658-01

900R = 768.01.659-15

8.3.4.1 Considera-se via de passagem o conjunto duas torres que permitem o controle de acesso de pessoas.

8.3.4.2. Verificar e ajustar, se for o caso:

- a) A fixação da própria torre, sua base, assim como dos demais componentes fixos e móveis;
- b) As conexões elétricas e lógicas, internas e externas;
- c) O funcionamento de abertura e fechamento das “asas de vidro” das torres, incluindo tempo e velocidade de abertura e fechamento;
- d) O funcionamento dos leitores de cartão *smartcard* Bosch Lectus Secure, ou outro similar que venha a ser instalada com a mesma finalidade;
- e) O funcionamento do dispositivo de recolhimento de cartão para urna coletora de cartão;
- f) O funcionamento dos *leds* e pictogramas;
- g) O funcionamento da placa de controle própria da torre;
- h) O funcionamento da placa de controle Bosch AMC Controlador V2.0, 4xWiegand, CF;
- i) O funcionamento dos sensores existentes;
- j) O funcionamento dos dispositivos sonoros.
- l) A configuração do *encoder* da torre DIGICON DGate; e
- m) O funcionamento e carga das baterias de 12V nas quais estão ligadas as controladoras Bosch AMC Controlador V2.0, 4xWiegand.

8.3.5.4.3 Ativar, estabelecer as ligações lógicas internas e configurar a placa de controle Bosch AMC Controlador V2.0, 4xWiegand, CF, já instalada na situação de reserva dentro de alguma torre.

8.3.5.5 Serviços a serem realizados nos totens de entrada e saída dos estacionamentos.

8.3.5.5.1 Verificar e ajustar, se for o caso:

- a) A fixação do próprio totem, sua base, assim como dos demais componentes fixos e móveis;
- b) As conexões elétricas e lógicas, internas e externas;
- c) O funcionamento do leitor de cartão *smartcard* Bosch Lectus Secure, com acionamento de leds indicativos (no próprio leitor e na torre do totem) e sinal sonoro;
- d) O funcionamento do dispositivo de recolhimento de cartão para urna existente no totem de saída; e
- e) O funcionamento da placa de controle Bosch AMC Controlador V2.0, 4xWiegand, CF.

8.3.5.5.2 Teste geral de funcionamento do totem.

8.3.5.6 Serviços a serem realizados nos Leitores UHF Edge-50 Auto ID, nas Antenas UHF Monostatic 9dbi e nas placa de controle Bosch AMC Controlador V2.0, 4xWiegand, empregados no controle de acesso de veículos dos estacionamentos.

8.3.5.6.1 Verificar e ajustar, se for o caso:

- a) A fixação do Leitor UHF Edge-50 Auto ID, da Antena UHF Monostatic 9dbi e da placa de controle Bosch AMC Controlador V2.0, 4xWiegand, CF;
- b) As conexões elétricas e lógicas, internas e externas;
- c) As conexões dos cabos de radiofrequência;
- d) O direcionamento das antenas;
- e) O funcionamento do Leitor UHF Edge-50 Auto ID, com ganho da antena e cálculo de impedância;
- f) A integração do Leitor UHF Edge-50 Auto ID com a placa de controle Bosch AMC Controlador V2.0, 4xWiegand, CF; e
- g) A integração da placa de controle Bosch AMC Controlador V2.0, 4xWiegand, CF, com a placa de controle da cancela PPA Sem Parar Jet Flex.

8.3.5.6.2 Verificar o isolamento das caixas de distribuição expostas ao tempo nas quais há equipamentos destinados ao controle de acesso de veículos instalados.

8.3.5.6.3 Teste geral de funcionamento do Leitor UHF Edge-50 Auto ID, da Antena UHF Monostatic 9dbi e da placa de controle Bosch AMC Controlador V2.0, 4xWiegand, CF.

8.3.5.7 Serviços a serem realizados nas cancelas PPA Sem Parar Jet Flex, especificadas no quadro a seguir, empregadas no controle de acesso de veículos aos estacionamentos.

8.3.5.7.1 Verificar e ajustar, se for o caso:

- a) A fixação da cancela, sua base, assim como dos demais componentes fixos e móveis.
- b) As conexões elétricas e lógicas, internas e externas.
- c) O funcionamento da haste da cancelas, incluindo tempo e velocidade de abertura e fechamento.
- d) O funcionamento das polias.
- e) A tensão da correia.
- f) O funcionamento do freio eletrônico.
- g) O percurso de deslocamento da haste da cancela.

- h) O funcionamento do semáforo integrado à cancela.
- i) O funcionamento do botão de emergência destinado a abertura da cancela.
- j) O funcionamento do laço indutivo.
- l) O funcionamento dos sensores infravermelho.
- m) O funcionamento dos controles remotos.
- n) O funcionamento da placa de controle própria da cancela.

8.3.5.7.2 Teste geral de funcionamento da cancela.

8.3.5.8 Serviços a serem realizados nos kits de abertura de porta. Cada kit de abertura de porta é composto por: 02 (dois) leitores de cartão *smartcard* Bosch Lectus Secure, 01 (uma) mola hidráulica, 01 (um) eletroímã e 01 (um) botão de emergência. Cada dois kits de abertura de porta utiliza-se de uma placa de controle Bosch AMC Controlador V2.0, 4xWiegand, CF, instalada em uma caixa de distribuição externa.

8.3.5.8.1 Verificar e ajustar, se for o caso:

- a) A fixação do eletroímã, da mola hidráulica e dois leitores.
- b) As conexões elétricas e lógicas, internas e externas.
- c) A tensão de operação da mola hidráulica.
- d) Teste geral de funcionamento do Kit de abertura/fechamento de porta.

8.4 MANUTENÇÃO CORRETIVA

8.4.1 Será eventual, ou seja, será realizada mediante necessidade da CONTRATANTE.

8.4.2 Será realizada mediante recebimento por parte da CONTRATADA da Ordem de Serviço emitida pela CONTRATANTE, conforme modelo existente no Apêndice VIII (MODELO DA ORDEM DE SERVIÇO) deste Termo de Referência.

8.4.3 Para realização da manutenção corretiva, a CONTRATADA receberá da CONTRATANTE somente as peças ou equipamentos a serem substituídos. Caberá à CONTRATADA estimar a estrutura necessária para atender aos serviços descritos na manutenção corretiva.

8.4.4 Caso alguma peça seja recusada pela CONTRATADA, por ser inviável sua instalação ou por ser incompatível com os equipamentos a serem mantidos, a recusa deverá ser tecnicamente justificada, por escrito, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do recebimento da peça pela CONTRATADA.

8.4.4.1 Aceita a(s) peça(s) ou equipamento(s) a ser(em) substituído(s), terá a CONTRATA o prazo de 01 (um) dia útil para executar o serviço de manutenção corretiva.

8.4.5 A Ordem de Serviço emitida pela CONTRATANTE especificará exatamente o(s) serviço(s) a ser(em) executado(s) conforme previsto neste Termo de Referência.

8.4.6 São itens da Manutenção Corretiva:

8.4.6.1 Serviço de atualização e configuração do software *Building Integration System* (BIS) em operação na Presidência da República para a versão 4.3 ou superior, com fornecimento das licenças necessárias, registrando tudo em nome do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, mantendo-se a perpetuidade da propriedade e integrando-os ao SQL Server existente. Antes da efetiva atualização na máquina virtual, deverá ser realizada uma atualização em ambiente de teste criada para esta finalidade que simule as mesmas condições nas quais a atual solução BIS está operando.

- 8.4.6.2 Serviço de customização de relatório a partir do banco de dados SQL Server 2012R2 ou versão superior.
- 8.4.6.3 Serviço de restauração do banco de dados SQL Server 2012R2 ou versão superior.
- 8.4.6.4 Serviço de reparação de ponto de rede com substituição de conectores e certificação.
- 8.4.6.5 Serviço de reparação de cabo de fibra óptica multimodo com fusão e certificação.
- 8.4.6.6 Serviço de lançamento de ponto de rede CAT 6 (10 metros).
- 8.4.6.7 Serviço de lançamento de ponto de rede CAT 6 (20 metros).
- 8.4.6.8 Serviço de lançamento de ponto de rede CAT 6 (30 metros).
- 8.4.6.9 Serviço de reparação de ponto elétrico com substituição de pino e tomada.
- 8.4.6.10 Serviço de substituição dos postes de sacrifício existentes nas guaritas de acesso aos estacionamentos da Presidência da República e Anexos.
- 8.4.6.11 Serviço de isolamento contra intemperes das caixas de distribuição expostas ao tempo nas quais há equipamentos instalados destinados ao controle de acesso de veículos.
- 8.4.6.12 Serviço de refrigeração das caixas de distribuição expostas ao tempo, nas quais há equipamentos destinados ao controle de acesso de veículos instalados.
- 8.4.6.13 Serviço de substituição do conjunto soldado do pedestal em aço inox escovado AISI 304 fabricado em chapa de 2mm de espessura de qualquer uma das torres de via de passagem DIGICON d’GATE existentes na Presidência da República.
- 8.4.6.14 Serviço de substituição da fechadura articulada com cilindro e 2 chaves de qualquer uma das torres de via de passagem DIGICON d’GATE.
- 8.4.6.15 Serviço de substituição do acabamento central da torre, em aço inox, com fenda, nos modelos de torres de via de passagem DIGICON d’GATE 500R ou 500T.
- 8.4.6.16 Serviço de substituição do acabamento central da torre, em aço inox, com fenda, nos modelos de torres de via de passagem DIGICON d’GATE PNE 900R ou 900T.
- 8.4.6.17 Serviço de substituição do vidro temperado de 12mm, translúcido, em formato de “asa de anjo” nos modelos de torres de via de passagem DIGICON d’GATE 500R ou 500T.
- 8.4.6.18 Serviço de substituição do vidro temperado de 12mm, translúcido, em formato de “asa de anjo”, nos modelos de torres de via de passagem DIGICON d’GATE PNE 900R ou 900T.
- 8.4.6.19 Serviço de substituição do contrapeso de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d’GATE.
- 8.4.6.20 Serviço de substituição do conjunto da alavanca principal d’GATE de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d’GATE.
- 8.4.6.21 Serviço de substituição e ajustes do motor 24V compatível com o lado 500R ou 500T dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d’GATE.
- 8.4.6.22 Serviço de substituição e ajustes do motor 24V compatível com o lado PNE 900R ou 900T dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d’GATE.
- 8.4.6.23 Serviço de substituição da fonte de alimentação 220V/24V - 4,5A de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d’GATE.
- 8.4.6.24 Serviço de substituição da fonte de alimentação 220V/12V de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d’GATE.

8.4.6.25 Serviço de substituição e configuração da placa pictograma superior de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d’GATE.

8.4.6.26 Serviço de substituição e configuração da placa pictograma passiva de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d’GATE.

8.4.6.27 Serviço de substituição e configuração da placa pictograma frontal de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d’GATE.

8.4.6.28 Serviço de substituição e configuração do conjunto Kit de sensores receptores 500 das torres de via de passagem DIGICON d’GATE.

8.4.6.29 Serviço de substituição e configuração do conjunto Kit de sensores receptores 900 das torres de via de passagem DIGICON d’GATE.

8.4.6.30 Serviço de substituição e configuração do conjunto Kit de sensores transmissores 900 das torres de via de passagem DIGICON d’GATE.

8.4.6.31 Serviço de substituição e configuração do conjunto sensor 10 transmissor DFLOW das torres de via de passagem DIGICON d’GATE.

8.4.6.32 Serviço de substituição do capacitor elétrico 100000 μ F – 35V radial de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d’GATE.

8.4.6.33 Serviço de substituição e configuração da tampa superior do gabinete em aço inox com acrílico com 1 pictograma e sem registro de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d’GATE.

8.4.6.34 Serviço de substituição e configuração da tampa superior do gabinete em aço inox com acrílico com 1 pictograma e 1 registro de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d’GATE.

8.4.6.35 Serviço de substituição e configuração da tampa superior do gabinete em aço inox com acrílico com 2 pictogramas e 2 registros de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d’GATE.

8.4.6.36 Serviço de substituição do cabo solenoide 12V de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d’GATE.

8.4.6.37 Serviço de substituição do conjunto coletor de cartão com urna de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d’GATE.

8.4.6.38 Serviço de substituição da placa do motor – d’GATE AW900.

8.4.6.39 Serviço de substituição da placa do motor – d’GATE AW500.

8.4.6.40 Serviço de substituição e configuração do conjunto do módulo de controle e bloqueio de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d’GATE.

8.4.6.41 Serviço de substituição e configuração do sensor photo elétrico – receptor – E3Z – T81 12/24VDC de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d’GATE.

8.4.6.42 Serviço de substituição da placa de saída com 2 reles de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d’GATE.

8.4.6.43 Serviço de substituição do coletor de cartões d’GATE de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d’GATE.

8.4.6.44 Serviço de substituição do conjunto mecanismo d’GATE 500R ou 500T.

8.4.6.45 Serviço de substituição do conjunto mecanismo d’GATE PNE 900R ou 900T.

8.4.6.46 Serviço de substituição do Gabinete universal em aço com espessura mínima de 2mm da cancela PPA Sem Parar Jet Flex.

8.4.6.47 Serviço de substituição da barreira ou haste da cancela PPA Sem Parar Jet Flex.

8.4.6.48 Serviço de substituição do sistema de escamoteamento para abertura manual da cancela PPA Sem Parar Jet Flex.

8.4.6.49 Serviço de substituição e configuração da central eletrônica da cancela PPA Sem Parar Jet Flex.

8.4.6.50 Serviço de substituição e configuração do conjunto de polias (superior e inferior) da cancela PPA Sem Parar Jet Flex.

8.4.6.51 Serviço de substituição da correia lisa da cancela PPA Sem Parar Jet Flex.

8.4.6.52 Serviço de substituição do motor de 1 HP, 220V, compatível a cancela PPA Sem Parar Jet Flex.

8.4.6.53 Serviço de substituição do freio eletrônico da cancela PPA Sem Parar Jet Flex.

8.4.6.54 Serviço de substituição do laço indutivo da cancela PPA Sem Parar Jet Flex.

8.4.6.55 Serviço de substituição do rolamento do motor de 1 HP, 220V, compatível a cancela PPA Sem Parar Jet Flex.

8.4.6.56 Serviço de substituição e configuração do conjunto de fotocélula com fonte de alimentação compatível a cancela PPA Sem Parar Jet Flex.

8.4.6.57 Serviço de substituição e configuração da botoeira de emergência para abertura manual da cancela PPA Sem Parar Jet Flex.

8.4.6.58 Serviço de substituição da base do motor de 1 HP, 220V, compatível a cancela PPA Sem Parar Jet Flex.

8.4.6.59 Serviço de substituição do retentor do motor de 1 HP, 220V, compatível a cancela PPA Sem Parar Jet Flex.

8.4.6.60 Serviço de substituição do conjunto de fixação da haste no gabinete da cancela PPA Sem Parar Jet Flex.

8.4.6.61 Serviço de substituição e configuração no BIS do leitor de proximidade Bosch Lectus Secure ou outro modelo que venha a ser adquirido pela Presidência da República, compatível com a Solução.

8.4.6.62 Serviço de substituição e configuração no BIS do leitor de cartão *smartcard* USB Bosch Lectus 5000MD ou outro modelo que venha a ser adquirido pela Presidência da República, compatível com a Solução.

8.4.6.63 Serviço de substituição e configuração da antena UHF com leitor UHF existente na Presidência da República e integrada na Solução.

8.4.6.64 Serviço de instalação e configuração da placa de controle Bosch AMC Controlador V2.0, 4xWiegand, CF.

8.4.6.65 Serviço de modernização e customização da aplicação de CADASTRO DE VISITANTES – ORION.

8.4.6.66 Serviço de modernização e customização da aplicação GATEVIEWER – ORION de visualização de fotografias.

8.5 A execução dos serviços de SUPORTE TÉCNICO e MANUTENÇÃO PREVENTIVA será iniciada 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da Ordem de Serviço a ser emitida pela

CONTRATANTE, conforme modelo existente no Apêndice VIII (MODELO DA ORDEM DE SERVIÇO).

8.5.1 A execução dos serviços de MANUTENÇÃO CORRETIVA será iniciada até 01 (um) dia útil a contar do recebimento da Ordem de Serviço a ser emitida pela CONTRATANTE, conforme modelo existente no Apêndice VIII (MODELO DA ORDEM DE SERVIÇO).

8.5.1.1 Os serviços da manutenção corretiva serão recebidos provisoriamente por responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta comercial da CONTRATADA.

8.5.1.2 Os serviços da manutenção corretiva poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo responsável pela fiscalização do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.5.1.3 Os serviços da manutenção corretiva serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante Termo de Recebimento Definitivo, conforme modelo existente no Apêndice VI - MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, deste Termo de Referência.

8.5.1.4 O recebimento provisório ou definitivo do item previsto na manutenção corretiva não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8.5.1.5 A garantia dos serviços de manutenção corretiva será de, no mínimo, 3 (três) meses a contar da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo.

8.6 A natureza do objeto se enquadra na classificação de serviços comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

8.7 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.2.1 O fiscal designado não deverá ter exercido a função de pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 – Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara);

9.2.2 A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 – Plenário);

9.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

9.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;

9.6 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

9.6.1 Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

9.6.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

9.6.3 Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

9.6.4 Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

9.7 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

9.8 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

9.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

9.10 Arquivar, entre outros documentos, projetos, "*as built*", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

9.11 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993;

9.12 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

10.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato ou pelo gestor, caso não haja fiscal designado, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.5 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

10.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

10.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

10.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.9 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.10 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.11 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

10.12 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

10.13 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.14 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

10.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.16 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.17 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

10.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.19 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.20 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

10.21 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

10.22 Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

10.22.1 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

10.22.2 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

10.23 Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

10.24 Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO, CONSÓRCIO E COOPERATIVAS

11.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11.2 Não será admitida a participação de sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, bem como o disposto no Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a AGU.

11.3 Não será admitida a participação de entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio.

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja

prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2 O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

13.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

13.4 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.5 A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.6 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.7 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.8 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

13.9 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Apêndice VII, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

13.9.1 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

13.10 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico ou o gestor, caso não haja fiscal técnico designado, deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

13.11 O fiscal técnico ou o gestor, caso não haja fiscal técnico designado, deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.12 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.13 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico ou o gestor, caso não haja fiscal técnico designado, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

13.14 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

13.15 O fiscal técnico ou o gestor, caso não haja fiscal técnico designado, poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

13.16 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.17 As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

13.18 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

14.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.2 A execução dos serviços de SUPORTE TÉCNICO e MANUTENÇÃO PREVENTIVA será iniciada 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da Ordem de Serviço a ser emitida pela CONTRATANTE, conforme modelo existente no Apêndice VIII (MODELO DA ORDEM DE SERVIÇO).

14.3 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

14.3.1 A execução dos serviços de MANUTENÇÃO CORRETIVA será iniciada até 01 (um) dia útil a contar do recebimento da Ordem de Serviço a ser emitida pela CONTRATANTE, conforme modelo existente no Apêndice VIII (MODELO DA ORDEM DE SERVIÇO).

14.3.1.1 Os serviços da manutenção corretiva serão recebidos provisoriamente por responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta comercial da CONTRATADA.

14.3.1.2 Os serviços da manutenção corretiva poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo responsável pela fiscalização do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

14.3.1.3 Os serviços da manutenção corretiva serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante Termo de Recebimento Definitivo, conforme modelo existente no Apêndice VI (MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO) deste Termo de Referência.

14.3.1.4 O recebimento provisório ou definitivo do item previsto na manutenção corretiva não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

14.3.1.5 A garantia dos serviços de manutenção corretiva será de, no mínimo, 3 (três) meses a contar da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo.

14.3.1.6 Os locais para realização dos serviços de suporte técnico e manutenções preventivas/corretivas serão os seguintes: Palácio do Planalto, Palácio da Alvorada, Granja do Torto, Pavilhão das Metas e Complexo N2, todos localizados na cidade de Brasília – DF. As peças e insumos necessários para a realização dos serviços serão fornecidos à CONTRATADA. É relevante ressaltar que os sistemas de base de dados encontram-se instalados em unidade localizada em um dos anexos do Palácio do Planalto.

14.3.1.7 Para a solução de problemas, após o acionamento da contratante por meio de uma Ordem de Serviço, a CONTRATADA deverá respeitar os prazos máximos descritos a seguir, de acordo com o impacto gerado pela descontinuidade de determinado serviço:

Nível	Urgência	Prazo máximo de solução a partir do acionamento
1	Alta - óbice que interrompa de maneira generalizada ou total os sistemas de acesso e controle de pessoas e veículos e que impeça o funcionamento do banco de dados corporativo BIS.	4 horas
2	Média - óbice que interrompa de maneira parcial ou total os sistemas de acesso e controle de pessoas e veículos e que impeça o funcionamento de algum recurso do banco de dados corporativo BIS.	24 horas
3	Baixa - óbice que interrompa de maneira pontual os sistemas de acesso e controle de pessoas e veículos e que impeça o funcionamento de algum recurso do banco de dados corporativo BIS.	48 horas

14.3.1.8 A Contratada deve assumir como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, e cumprir todas as obrigações que constarão no Termo de Referência, seus anexos e na proposta por ela apresentada.

14.3.1.9 O serviço em questão possui natureza continuada, pois sua necessidade perpassa o exercício financeiro atual e se mantém ao longo do tempo. A não prestação do serviço provocará descontinuidade na solução de Controle de Acesso de Pessoas e Veículos da Presidência da República, comprometendo a segurança integrada dos diversos sítios..

14.3.1.10 Os serviços de disponibilidade para execução de Suporte Técnico e de disponibilidade para Manutenção Preventiva/Corretiva deverão ocorrer mensalmente, obrigatoriamente em um dia fixo a cada mês, a ser definido em Termo de Referência. Além desse dia obrigatório, a presença da contratada deve ocorrer sempre que acionada, para fins de checar eventual interrupção de serviço.

14.3.1.11 Os serviços descritos *nos item 3 a 69 do Documento de Formalização da Demanda* (que consta dos autos deste processo) ocorrerão mediante acionamento, por meio de emissão de Ordem de Serviço, intermediado pelo Gestor do Contrato junto ao Preposto indicado pela Contratada. O grau de urgência da demanda será informado na Ordem de Serviço.

14.3.1.12 A **CONTRATANTE** acionará o a **CONTRATADA** informando a classificação e tipo do incidente e a localização do mesmo. A partir da hora registrada da comunicação (e-mail ou telefone para central disponibilizada pela contratada), será iniciada a contagem do prazo máximo para solução da demanda.

14.3.1.13 A **CONTRATADA** poderá encaminhar ao Gestor do Contrato justificativa, por escrito, tecnicamente embasada, pelo eventual atraso na execução dos serviços, no prazo máximo de 2 dias úteis após início do atendimento.

14.3.1.14 Caso a justificativa de atraso apresentada pela **CONTRATADA** seja rejeitada, serão aplicados os Indicadores de Nível de Serviço previstos a seguir, baseadas em eventual não conformidade com relação a atrasos na solução de demandas:

Grau de Urgência da Demanda	Chamadas não atendidas no prazo estipulado	Glosa
Baixa: óbice que interrompa de maneira pontual os sistemas de acesso e controle de pessoas e veículos e que impeça o funcionamento de algum recurso do banco de dados corporativo BIS	De 2 a 4 (inclusive)	Abatimento de 2% na fatura mensal
	De 5 a 8 (inclusive)	Abatimento de 3% na fatura mensal
	De 9 a 12 (inclusive)	Abatimento de 4% na fatura mensal
	Acima de 12	Abatimento de 5% na fatura mensal
Média: óbice que interrompa de maneira parcial ou total os sistemas de acesso e controle de pessoas e veículos e que impeça o funcionamento de algum recurso do banco de dados corporativo BIS	De 2 a 4 (inclusive)	Abatimento de 5% na fatura mensal
	De 5 a 8 (inclusive)	Abatimento de 6% na fatura mensal
	De 9 a 12 (inclusive)	Abatimento de 7% na fatura mensal
	Acima de 12	Abatimento de 8% na fatura mensal
Alta: óbice que interrompa de maneira generalizada ou total os	De 2 a 4 (inclusive)	Abatimento de 5% na fatura mensal

sistemas de acesso e controle de pessoas e veículos e que impeça o funcionamento do banco de dados corporativo BIS	De 5 a 8 (inclusive)	Abatimento de 7% na fatura mensal
	De 9 a 12 (inclusive)	Abatimento de 9% na fatura mensal
	Acima de 12	Abatimento de 11% na fatura mensal

14.4 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

14.4.1 Não produziu os resultados acordados;

14.4.2 Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida; ou

14.4.3 Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15 DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

15.2 No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

15.3 O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

15.3.1 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.3.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

15.3.1.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.3.1.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.3.2 No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.3.2.1 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato,

em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.3.2.2 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.3.2.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.4 No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.4.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.4.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.4.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

15.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

15.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16. DO PAGAMENTO

16.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.3.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

16.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.4 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.4.1 o prazo de validade;

16.4.2 a data da emissão;

16.4.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

16.4.4 o período de prestação dos serviços;

16.4.5 o valor a pagar; e

16.4.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.6 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.6.1 não produziu os resultados acordados;

16.6.2 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.6.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.13.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

16.15 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.16 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

17. REAJUSTE

17.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

17.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

17.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

18. GARANTIA DA EXECUÇÃO

18.1 A contratada prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

18.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da data do recebimento da sua via do contrato assinada, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

18.1.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

18.1.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

18.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

18.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

18.4.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

18.4.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

18.4.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

18.4.4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

19.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

18.6 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

18.7 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

18.8 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

18.9 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

18.10 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

18.11 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

18.12 Será considerada extinta a garantia:

18.12.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

18.12.2 no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

18.13 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

18.14 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

19.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

19.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

19.1.4 comportar-se de modo inidôneo; ou

19.1.5 cometer fraude fiscal.

19.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

19.2.1 Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Administração;

19.2.2 Multa de:

19.2.2.1 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

19.2.2.2 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

19.2.2.3 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

19.2.2.4 0,2 a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

19.2.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

19.2.2.6 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

19.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

19.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

19.2.4.1 A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem 20.2.3 também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

19.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.3 As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

19.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e	02

	por dia;	
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

19.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

19.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

19.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com

despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

19.11 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.12 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

20.1 Como critério de aceitabilidade de preços, serão considerados como máximos os preços estimados da planilha, tanto global quanto unitários, constante no subitem 1.1.1 deste Termo de Referência.

20.2 O critério de julgamento da proposta é o menor preço total, por grupo, considerados os valores dos itens como teto de aceitação da proposta.

Justificativa: A adoção do critério de julgamento de menor preço por grupo é essencial para que a prestação seja efetuada apenas por um único fornecedor, eliminando assim possíveis celeumas sobre responsabilização no caso de deficiências na execução, bem como a centralização das demandas, facilitando assim a fiscalização e a gestão contratual.

20.3 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

20.4 Dos critérios de habilitação:

20.4.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

20.4.2 Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

20.4.2.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

20.4.2.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

20.4.2.2.1 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

20.4.2.2.2 É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

20.4.2.3 comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

20.4.2.4 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido no equivalente à 10% (dez) por cento do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

20.4.2.5 A comprovação da qualificação econômico-financeira, conforme o caso, poderá ser substituída pela consulta ao SICAF, nos casos em que a empresa estiver habilitada no referido sistema, conforme o disposto nos artigos 6º, inciso III, 10 a 16 e 21, inciso III, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018.

20.4.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

20.4.3.1 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

20.4.3.1.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados, que comprove aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, em especial a prestação de serviços referentes à instalação, configuração e operação do software *Building Integration System* (BIS), destinado ao controle de acessos.

Justificativa: A exigência de experiência na instalação, configuração e operação do sistema operacional é essencial para que não haja alteração da solução já implementada e tampouco a interrupção do controle de acessos de pessoas e veículos. A falta de conhecimento dessa tecnologia, pode ocasionar sérias complicações para a segurança da Presidência da República.

20.4.3.1.2 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

20.4.3.1.3 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017;

20.4.3.1.4 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017;

20.4.3.1.5 Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 1 (um) ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade do 1 (um) ano ser ininterrupto, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

20.4.3.1.6 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

20.4.3.2 Deverão constar do(s) atestado(s) de capacidade técnica os seguintes dados: nome do contratante e do contratado, data de início e término dos serviços; local de execução; especificações técnicas dos serviços e os quantitativos executados; e informação sobre o bom desempenho dos serviços já executados, e que tenham tido duração mínima de 12 meses.

20.4.4 Na impossibilidade de demonstração de capacidade técnico – profissional por meio de atestado, poderá ser realizada a apresentação da correspondente Certidão de Acervo Técnico.

20.4.4.1 Não serão aceitos atestados e/ou certidões de acervos parciais, referentes a serviços exigidos na qualificação técnica em andamento.

20.4.5 Comprovação de que o licitante possui em seu quadro permanente profissional devidamente reconhecido pelo CREA ou pelo CAU, de nível superior, e que seja detentor de no mínimo 1 (uma) Certidão de Acervo Técnico por execução de serviços de características semelhantes ao objeto da presente licitação.

20.4.5.1 A comprovação poderá ser mediante “Declaração de Disponibilidade Futura”, onde a licitante se compromete que o profissional técnico que for designado para a prestação do serviço diário, para assistência técnica, possui capacidade de realização de serviços com características semelhantes ao objeto da contratação, integrará o seu quadro permanente de contratados, caso a empresa seja contratada.

Justificativa: A exigência decorre da literalidade do artigo 1º da Lei nº 6.839, de 30.10.1980, que assim prescreve em seu artigo 1º: "O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros." Cabe também consignar que o registro ou a inscrição devem ser efetuados no Conselho competente para fiscalização da atividade básica ou preponderante desenvolvida pela empresa ou profissional.

20.4.6 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme estabelecido no item 7.

20.4.6.1 O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

20.4.7 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

20.4.7.1 Valor Global: **R\$ 580.005,98 (quinhentos e oitenta mil e cinco reais e noventa e oito centavos).**

20.4.7.2 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

20.4.8 O critério de julgamento da proposta é o menor preço total do grupo.

21. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

21.1 O custo estimado da contratação é de **R\$ 580.005,98 (quinhentos e oitenta mil e cinco reais e noventa e oito centavos).**

22. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

22.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- 22.1.1 Gestão/Unidade: 110.322;
22.1.2 Fonte de Recursos: 0100;
22.1.3 Programa de Trabalho: 168.499;
22.1.4 Elemento de Despesa: 33 9039;
22.1.5 Na Unidade Gestora 110.322 - GSI.

23. ANEXOS E APÊNDICES

23.1 Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes **Apêndices**:

- Apêndice I – Termo de Confidencialidade (3628096);
- Apêndice II – Modelo de Declaração de Visita Técnica (3628096);
- Apêndice III – Modelo de Declaração de Dispensa de Vistoria (3628096);
- Apêndice III – Modelo de Planilha de Composição de Preços (3628096);
- Apêndice IV – Termo de Recebimento Provisório (3628096);
- Apêndice V – Termo de Recebimento Definitivo (3628096);
- Apêndice VI – Modelo de Instrumento de Medição de Resultados (IMR) (3628096);
- Apêndice VII - Modelo de Ordem de Serviço (3628096)
- Apêndice VIII - Estudo Técnico Preliminar (3632204)

Brasília, 19 de setembro de 2022.

André Luiz Garcia Furtado - Cel EB

Coordenador Geral de Segurança de Instalações

GUSTAVO SUAREZ DA SILVA - Cel EB

Diretor do Departamento de Segurança Presidencial

APÊNDICE I

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

A _____, doravante designada simplesmente EMPRESA, inscrita no CNPJ/MF sob o número _____, com sede em _____, neste ato representada pelo Senhor (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade n.º _____, expedida pela (o) _____ e do Cadastro da Pessoa Física, CPF/MF sob o n.º _____, conforme documentação comprobatória de vínculo anexo, compromete-se a observar o presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, em conformidade com as cláusulas que seguem:

1. O objetivo deste Termo de Confidencialidade é prover a necessária e adequada proteção às informações de acesso restrito de propriedade exclusiva da PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, reveladas à EMPRESA, em função de possível prestação de serviços a serem realizados;
2. A expressão “informações de acesso restrito” abrangerá toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, contendo ela ou não rótulo de classificação quanto ao sigilo, podendo incluir, mas não se limitando a: técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, pen drives, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, entre outros, a que, diretamente ou por meio de seus empregados, prepostos ou prestadores de serviço, venham a EMPRESA ter acesso em razão de possível prestação de serviços a serem realizados;
3. A EMPRESA compromete-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa da PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, das informações de acesso restrito reveladas;
4. A EMPRESA compromete-se a não utilizar de forma diversa da prevista neste Termo as informações de acesso restrito reveladas;
5. A EMPRESA deverá cuidar para que as informações reveladas fiquem limitadas ao conhecimento próprio;
6. A EMPRESA determinará a observância deste Termo de Confidencialidade a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam direta ou indiretamente envolvidos com a possível prestação de serviço, ficando ainda responsável pela fiscalização do cumprimento das condições constantes no instrumento firmado;
7. Os empregados, prepostos e prestadores de serviço da EMPRESA que terão acesso às informações da PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA deverão ser imputáveis perante a lei;
8. A EMPRESA obriga-se a informar imediatamente à PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, por escrito e no prazo máximo de 24 horas, contados a partir da data e horário da ocorrência do incidente, qualquer violação das regras de sigilo estabelecidas neste termo de que tenha tomado conhecimento ou ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo;
9. A EMPRESA devolverá imediatamente à PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, ao término da possível realização dos serviços, todo e qualquer material de propriedade desta,

inclusive registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse, bem como de seus empregados, prepostos ou prestadores de serviço, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação considerada de acesso restrito, nos termos do presente Termo de Confidencialidade, a que teve acesso em decorrência de possível prestação de serviços com a PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA;

10. A EMPRESA estará sujeita, em caso de quebra do sigilo das informações de acesso restrito reveladas, devidamente comprovada, sem autorização expressa da PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, por ação ou omissão, de eventuais sanções definidas em Lei aplicável ao caso, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, inclusive os de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo;

11. Tendo em vista o princípio da boa-fé objetiva, permanece em vigor o dever de sigilo, tratado no presente Termo de Confidencialidade, após o término da possível prestação do serviço. Ademais, a EMPRESA ao ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e de que não utilizará deste para qualquer divulgação futura; e

12. O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de acesso às informações de acesso restrito da PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

Por estar de acordo, a EMPRESA, por meio de seu representante legal, firma o presente Termo de Confidencialidade, lavrando em duas vias de igual teor e forma.

Brasília-DF, ____ de _____ de ____.

<REPRESENTANTE DA EMPRESA>
<Vínculo do representante com a EMPRESA>
RG:_____ CPF:_____

DE ACORDO: (Integrantes da equipe técnica da EMPRESA)

Nome:

RG:_____ CPF:_____

APÊNDICE II

DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

Declaramos, em atendimento ao previsto no Edital nº 017/2022-GSI, que a Empresa _____, CNPJ _____, por intermédio de seu Representante Legal, Sr(a) _____, RG nº _____ e CPF nº _____, compareceu perante o representante da Coordenação-Geral de Segurança Institucional (CGSI/DSEG/SCP/GSI-PR), e visitou as dependências da Presidência da República descritas neste Projeto Básico, localizado em Brasília-DF, quando conheceu todas as áreas abrangidas, as condições técnicas exigidas na execução dos serviços, esclarecendo todas as dúvidas, sobre o objeto deste certame, dando-se por satisfeita com as informações obtidas e considerando-se plenamente capacitada a elaborar a proposta de preços.

Brasília-DF, ____ de _____ de _____.

Coordenador-Geral de Segurança Institucional – CGSI

Declaro, junto ao Pregoeiro da Presidência da República, que a empresa se deu por satisfeita com as informações obtidas, junto a CGSI, e nos consideramos plenamente capacitados a elaborar a nossa proposta de preços.

Nome RG/CPF do Representante Legal

Empresa

CARIMBO DA EMPRESA COM CNPJ

(dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)

OBS: A licitante é inteiramente responsável pelas informações prestadas através deste documento.

APÊNDICE III

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

A empresa _____, CNPJ _____, por intermédio do (a) Senhor (a) _____, RG nº _____ e CPF nº _____, indicado expressamente como seu representante, declara ter conhecimento do serviço a ser prestado através do Edital e seus Anexos, dispensando a necessidade da vistoria “in loco” prevista no Edital do Pregão Eletrônico nº _____ da PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

Declara que foi dado acesso às dependências do referido Complexo, através de cláusula expressa no Edital e anexos, ao qual dispensei por ter conhecimento suficiente para prestar o serviço com as informações prestadas no Projeto Básico e no Edital.

Declara ainda, que se responsabiliza pela dispensa e por situações supervenientes. Declaro.

Brasília-DF, ____ de _____ de ____.

Nome, RG e CPF do declarante

Assinatura e carimbo
(Empresa)

APÊNDICE IV

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO DE DESPESA CONTRATUAL

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO – FISCAIS

Número do Contrato:		Contratada/razão social:	
CNPJ:			
Valor do Contrato			
Número do processo de gestão e fiscalização	<i>[Inserir com o recurso hiperlink do SEI]</i>		

Período de adimplemento ou mês da prestação liquidada:	
Nota fiscal/fatura n° (se houver):	

Ocorrências e providências:

[GESTOR DO CONTRATO]

1-Fatos positivos da execução

2-Fatos negativos da execução

3 – Abertura de processo de responsabilidade contratual do particular

4- Cálculo e aplicação de glosas

5 – Instrumento de Medição de Resultados

6 – Pesquisa com o público usuário

7 – Outras informações e análises

8 – TI – Prazo para o recebimento definitivo

Ressaltamos que o recebimento definitivo destes serviços e/ou bens ocorrerá em até _____ dias, desde que não ocorram problemas técnicos ou divergências quanto às especificações constantes do Contrato acima identificado.

Conclusão e recomendações:

APÊNDICE V

LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO DE DESPESA CONTRATUAL

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO – ATESTO DO GESTOR

Número do Contrato:		Contratada/razão social:	
CNPJ:		Vigência:	
Valor do Contrato		Data de início da prestação:	
Número do processo de gestão e fiscalização	<i>[Inserir com o recurso hiperlink do SEI]</i>		

Período de adimplemento ou mês da prestação liquidada:	
Número Nota fiscal/fatura n° (se houver):	
Valor Nota fiscal/fatura n° (se houver):	

[OPÇÃO 1 – adimplemento total]

Declaro, com base nos relatórios dos fiscais do contrato (SEI n°xxxx e xxxx) [e/ou com fundamento em outro(s) documento(s)], que o serviço foi prestado em conformidade com as especificações do contrato, em razão do que realizo o atesto com o recebimento definitivo da prestação e o encaminhamento do processo para o pagamento da despesa, no montante de R\$ _____ (por extenso).

[OPÇÃO 2 – Tecnologia da Informação - adimplemento total]

A área requisitante / comissão acusa o recebimento definitivo do(s) bem(ns) / do(s) serviço(s) prestado(s) pela contratada, o(s) qual(is) possui(em) especificações e qualidade compatíveis com os critérios de aceitação previamente definidos no processo de aquisição.

[OPÇÃO 3 – havendo prestação em quantidade/qualidade menor que a devida]

Declaro, com base nos relatórios dos fiscais do contrato (SEI n°xxxx e xxxx) [e/ou com fundamento em outro(s) documento(s)], que o serviço foi parcialmente prestado em conformidade com as especificações do contrato, em razão do que realizo o atesto parcial com recebimento definitivo apenas da parcela adimplida, fato que recomenda o encaminhamento do processo para o pagamento da despesa apenas na proporção indicada no montante de R\$ _____ (por extenso).

[OPÇÃO 4 – havendo redimensionamento de valores a serem pagos]

Declaro, com base nos relatórios dos fiscais do contrato (SEI n°xxxx e xxxx) [e/ou com fundamento em outro(s) documento(s)], que o serviço foi prestado com relativa conformidade com as especificações do contrato, todavia com incidência de redimensionamento de valor na aplicação do Instrumento de Medição de Resultados-IMR, em razão do que realizo o atesto com recebimento definitivo da parcela adimplida, fato que recomenda o encaminhamento do processo para o

pagamento da despesa apenas na proporção indicada no montante de R\$ _____
_____(por extenso).

[OPÇÃO 5 – inadimplemento total]

Declaro, com base nos relatórios dos fiscais do contrato (SEI nºxxxx e xxxx) [e/ou com fundamento em outro(s) documento(s)], que o serviço não foi prestado conforme as especificações do contrato, em razão do que não se poderá realizar o pagamento solicitado pela contratada.
Nota(s) Fiscal(is)

Nº	Data de Emissão	Valor	Multa	Glosa e redução	Crédito	Liquidação

APÊNDICE VI

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

2. A execução dos serviços de SUPORTE TÉCNICO e MANUTENÇÃO PREVENTIVA será iniciada 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da Ordem de Serviço a ser emitida pela CONTRATANTE, conforme modelo existente no Apêndice VI (MODELO DA ORDEM DE SERVIÇO).

3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

3.1 A execução dos serviços de MANUTENÇÃO CORRETIVA será iniciada até 01 (um) dia útil a contar do recebimento da Ordem de Serviço a ser emitida pela CONTRATANTE, conforme modelo existente no Apêndice III (MODELO DA ORDEM DE SERVIÇO).

3.2 Os serviços da manutenção corretiva serão recebidos provisoriamente por responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta comercial da CONTRATADA.

3.3 Os serviços da manutenção corretiva poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo responsável pela fiscalização do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

3.4 Os serviços da manutenção corretiva serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante Termo de Recebimento Definitivo, conforme modelo existente no Apêndice IV (MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO) deste Termo de Referência.

3.5 O recebimento provisório ou definitivo do item previsto na manutenção corretiva não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

3.6 A garantia dos serviços de manutenção corretiva será de, no mínimo, 3 (três) meses a contar da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo.

3.7 Os locais para realização dos serviços de suporte técnico e manutenções preventivas/corretivas serão os seguintes: Palácio do Planalto, Palácio da Alvorada, Granja do Torto, Pavilhão das Metas e Complexo N2, todos localizados na cidade de Brasília – DF. As peças e insumos necessários para a realização dos serviços serão fornecidos à CONTRATADA. É relevante ressaltar que os sistemas de base de dados encontram-se instalados em unidade localizada em um dos anexos do Palácio do Planalto.

3.8 Para a solução de problemas, após o acionamento da contratante por meio de uma Ordem de Serviço, a CONTRATADA deverá respeitar os prazos máximos descritos a seguir, de acordo com o impacto gerado pela descontinuidade de determinado serviço:

Nível	Urgência	Prazo máximo de solução a partir do acionamento
1	Alta - óbice que interrompa de maneira generalizada ou total os sistemas de acesso e controle de pessoas e veículos e que impeça o funcionamento do banco de dados corporativo BIS.	4 horas
2	Média - óbice que interrompa de maneira parcial ou total os sistemas de acesso e controle de pessoas e veículos e que impeça o funcionamento de algum recurso do banco de dados corporativo BIS.	24 horas
3	Baixa - óbice que interrompa de maneira pontual os sistemas de acesso e controle de pessoas e veículos e que impeça o funcionamento de algum recurso do banco de dados corporativo BIS.	48 horas

3.9 A Contratada deve assumir como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, e cumprir todas as obrigações que constarão no Termo de Referência, seus anexos e na proposta por ela apresentada.

3.10 O serviço em questão possui natureza continuada, pois sua necessidade perpassa o exercício financeiro atual e se mantém ao longo do tempo. A não prestação do serviço provocará descontinuidade na solução de Controle de Acesso de Pessoas e Veículos da Presidência da República, comprometendo a segurança integrada dos diversos sítios.

3.11 Os serviços de disponibilidade para execução de Suporte Técnico e de disponibilidade para Manutenção Preventiva/Corretiva deverão ocorrer mensalmente, obrigatoriamente em um dia fixo a cada mês, a ser definido em Termo de Referência. Além desse dia obrigatório, a presença da contratada deve ocorrer sempre que acionada, para fins de checar eventual interrupção de serviço.

3.12 Os serviços descritos nos itens 3 a 69 do Documento de Formalização da Demanda (que consta dos autos deste processo) ocorrerão mediante acionamento, por meio de emissão de Ordem de Serviço, intermediado pelo Gestor do Contrato junto ao Preposto indicado pela Contratada. O grau de urgência da demanda será informado na Ordem de Serviço.

3.13 A CONTRATANTE acionará o a CONTRATADA informando a classificação e tipo do incidente e a localização do mesmo. A partir da hora registrada da comunicação (e-mail ou telefone para central disponibilizada pela contratada), será iniciada a contagem do prazo máximo para solução da demanda.

3.14 A CONTRATADA poderá encaminhar ao Gestor do Contrato justificativa, por escrito, tecnicamente embasada, pelo eventual atraso na execução dos serviços, no prazo máximo de 2 dias úteis após início do atendimento.

3.15 Caso a justificativa de atraso apresentada pela CONTRATADA seja rejeitada, serão aplicados os Indicadores de Nível de Serviço previstos a seguir, baseadas em eventual não conformidade com relação a atrasos na solução de demandas:

Grau de Urgência da Demanda	Chamadas não atendidas no prazo estipulado	Glosa
Baixa: óbice que interrompa de maneira pontual os sistemas de acesso e controle de pessoas e veículos e que impeça o funcionamento de algum recurso do banco de dados corporativo BIS	De 2 a 4 (inclusive)	Abatimento de 2% na fatura mensal
	De 5 a 8 (inclusive)	Abatimento de 3% na fatura mensal
	De 9 a 12 (inclusive)	Abatimento de 4% na fatura mensal
	Acima de 12	Abatimento de 5% na fatura mensal
Média: óbice que interrompa de maneira parcial ou total os sistemas de acesso e controle de pessoas e veículos e que impeça o funcionamento de algum recurso do banco de dados corporativo BIS	De 2 a 4 (inclusive)	Abatimento de 5% na fatura mensal
	De 5 a 8 (inclusive)	Abatimento de 6% na fatura mensal
	De 9 a 12 (inclusive)	Abatimento de 7% na fatura mensal
	Acima de 12	Abatimento de 8% na fatura mensal
Alta: óbice que interrompa de maneira generalizada ou total os sistemas de acesso e controle de pessoas e veículos e que impeça o funcionamento do banco de dados corporativo BIS	De 2 a 4 (inclusive)	Abatimento de 5% na fatura mensal
	De 5 a 8 (inclusive)	Abatimento de 7% na fatura mensal
	De 9 a 12 (inclusive)	Abatimento de 9% na fatura mensal
	Acima de 12	Abatimento de 11% na fatura mensal

4. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

4.1 Não produziu os resultados acordados

4.2 Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida; ou

4.3 Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

APÊNDICE VII

MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO Nº ____/20____.

Empresa: _____

CNPJ nº: _____._____._____/_____-____.

Endereço: _____

Telefone/Fax: _____.

Anexo: 2017NE_____, de ____ de _____ de 20____

Solicitamos a realização do(s) serviço(s) especificado(s) no(s) item(ns) _____, constantes da Nota de Empenho em anexo, observadas as especificações e demais condições estabelecidas no Edital do respectivo processo de aquisição.

Brasília/DF, ____ de _____ de 20____

Nome:

Secretaria de Segurança Presidencial/GSI/PR

Recebi a presente Ordem de Serviço, ciente das condições estabelecidas.

(Local), ____ de _____ de 20____

Nome: _____ Assinatura: _____

Empresa: _____ CNPJ: _____

Obs.: Datar, assinar, escanear enviar via email ou enviar documento original.

APÊNDICE VIII
DO TERMO DE REFERÊNCIA

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES – ETP

Arquivo do edital, em formato .pdf, disponível em:

www.gov.br/compras

www.gov.br/secretariageral/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/secretaria-de-administracao/licitacoes

ANEXO II**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 017/2022 - GSI
PROCESSO N.º 00185.001463/2022-91****MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**
(Proposta Comercial)**Referência: Pregão, na forma eletrônica, N° 017/2022-GSI****Data de Abertura: ____ / ____ / 2022**

GRUPO ÚNICO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	Mensalidade de disponibilidade para execução de Suporte Técnico, que envolve a verificação técnica de funcionamento do software <i>Building Integration System</i> (BIS) e bancos de dados vinculados, existentes nas dependências da Presidência da República.	Meses	12		(*)
2	Mensalidade de disponibilidade para Manutenção Preventiva/Corretiva que envolve a verificação técnica de funcionamento de todos os itens que compõem o Sistema Integrado de Segurança, como cancelas, vias de passagens e leitores, existentes nas dependências da Presidência da República.	Meses	12		(*)
3	Serviço de atualização e configuração do software Building Integration System (BIS), software proprietário da empresa BOSCH , atualmente em operação na Presidência da República, para a versão 4.5 ou superior.	UN	2		(*)
4	Serviço de customização de relatório a partir do banco de dados SQL Server 2012R2 ou versão superior.	UN	3		(*)
5	Serviço de restauração do banco de dados SQL Server 2012R2 ou versão superior.	UN	1		(*)
6	Serviço de reparação de ponto de rede com substituição de conectores.	UN	20		(*)
7	Serviço de reparação de cabo de fibra óptica multimodo com fusão.	UN	5		(*)
8	Serviço de lançamento de ponto de rede CAT 6 (10 metros), instalação de conectores e certificação.	UN	6		(*)
9	Serviço de lançamento de ponto de rede CAT 6 (20 metros), instalação de conectores e certificação	UN	6		(*)
10	Serviço de lançamento de ponto de rede CAT 6 (30 metros), instalação de conectores e certificação.	UN	6		(*)

11	Serviço de lançamento de ponto de rede CAT 6 (50 metros), instalação de conectores e certificação.	UN	6		(*)
12	Serviço de reparação de ponto elétrico com substituição de pinos e tomadas.	UN	10		(*)
13	Serviço de substituição dos postes de sacrifício existentes nas guaritas de acesso aos estacionamentos da PR e Anexos.	UN	5		(*)
14	Serviço de isolamento contra intemperes das caixas de distribuição expostas ao tempo nas quais há equipamentos destinados ao controle de acesso de veículos instalados.	UN	20		(*)
15	Serviço de refrigeração da caixa de distribuição exposta às intempéries, nas quais há equipamentos destinados ao controle de acesso de veículos instalados.	UN	5		(*)
16	Serviço de substituição do conjunto soldado do pedestal em aço inox escovado AISI 304 fabricado em chapa de 2mm de espessura de qualquer uma das torres de via de passagem tipo DIGICON d'GATE já existentes na Presidência da República.	UN	2		(*)
17	Serviço de substituição da fechadura articulada com cilindro e 2 chaves de qualquer uma das torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	UN	6		(*)
18	Serviço de substituição do acabamento central da torre, em aço inox, com fenda, nos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE, 500R ou 500T, existentes na Presidência da República.	UN	2		(*)
19	Serviço de substituição do acabamento central da torre, em aço inox, com fenda, nos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE, PNE, 900R ou 900T, existentes na Presidência da República.	UN	2		(*)
20	Serviço de substituição do vidro temperado de 12mm, translúcido, em formato de "asa de anjo" nos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE, 500R ou 500T, existentes na Presidência da República.	UN	4		(*)
21	Serviço de substituição do vidro temperado de 12mm, translúcido, em formato de "asa de anjo", nos modelos de torres de via de passagem DIGICON, d' GATE, PNE, 900R ou 900T existentes na Presidência da República.	UN	4		(*)
22	Serviço de substituição do contrapeso de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	UN	4		(*)
23	Serviço de substituição do conjunto da alavanca principal d'GATE de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência	UN	6		(*)

	da República.				
24	Serviço de substituição e ajustes do motor 24V compatível com o lado 500R ou 500T dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	UN	3		(*)
25	Serviço de substituição e ajustes do motor 24V compatível com o lado PNE 900R ou 900T dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	UN	2		(*)
26	Serviço de substituição da fonte de alimentação 220V/24V - 4,5A de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	UN	5		(*)
27	Serviço de substituição da fonte de alimentação 220V/12V de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	UN	5		(*)
28	Serviço de substituição e configuração da placa pictograma superior de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	UN	2		(*)
29	Serviço de substituição e configuração da placa pictograma passiva de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	UN	2		(*)
30	Serviço de substituição e configuração da placa pictograma frontal de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	UN	4		(*)
31	Serviço de substituição e configuração do conjunto Kit de sensores receptores 500 das torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	UN	2		(*)
32	Serviço de substituição e configuração do conjunto Kit de sensores receptores 900 das torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	UN	2		(*)
33	Serviço de substituição e configuração do conjunto Kit de sensores transmissores 900 das torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	UN	2		(*)
34	Serviço de substituição e configuração do conjunto sensor 10 transmissor DFLOW das torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	UN	2		(*)
35	Serviço de substituição do capacitor elétrico 100000µF – 35V radial de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem	UN	10		(*)

	DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.				
36	Serviço de substituição e configuração da tampa superior do gabinete em aço inox com acrílico com 1 pictograma e sem registro de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	UN	2		(*)
37	Serviço de substituição e configuração da tampa superior do gabinete em aço inox com acrílico com 1 pictograma e 1 registro de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	UN	2		(*)
38	Serviço de substituição e configuração da tampa superior do gabinete em aço inox com acrílico com 2 pictogramas e 2 registros de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	UN	2		(*)
39	Serviço de substituição do cabo solenoide 12V de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	UN	5		(*)
40	Serviço de substituição do conjunto coletor de cartão com urna de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	UN	4		(*)
41	Serviço de substituição da placa do motor – d'GATE AW900.	UN	5		(*)
42	Serviço de substituição da placa do motor – d'GATE AW500.	UN	5		(*)
43	Serviço de substituição e configuração do conjunto do módulo de controle e bloqueio de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	UN	5		(*)
44	Serviço de substituição e configuração do sensor photo elétrico – receptor – E3Z – T81 12/24VDC de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	UN	5		(*)
45	Serviço de substituição da placa de saída com 2 reles de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	UN	4		(*)
46	Serviço de substituição do conjunto mecanismo d'GATE 500R ou 500T.	UN	2		(*)
47	Serviço de substituição do conjunto mecanismo d'GATE PNE 900R ou 900T.	UN	2		(*)
48	Serviço de substituição do Gabinete universal em aço com espessura mínima de 2mm da cancela PPA Sem Parar Jet Flex,	UN	2		(*)

	existente nas dependências da Presidência da República.				
49	Serviço de substituição da barreira ou haste da cancela PPA Sem Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da República.	UN	10		(*)
50	Serviço de substituição do sistema de escamoteamento para abertura manual da cancela PPA Sem Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da República.	UN	5		(*)
51	Serviço de substituição e configuração da central eletrônica da cancela PPA Sem Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da República.	UN	8		(*)
52	Serviço de substituição e configuração do conjunto de polias (superior e inferior) da cancela PPA Sem Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da República.	UN	5		(*)
53	Serviço de substituição da correia lisa da cancela PPA Sem Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da República.	UN	5		(*)
54	Serviço de substituição do motor de 1 HP, 220V, compatível a cancela PPA Sem Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da República.	UN	8		(*)
55	Serviço de substituição do freio eletrônico da cancela PPA Sem Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da República.	UN	5		(*)
56	Serviço de substituição do laço indutivo da cancela PPA Sem Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da República.	UN	5		(*)
57	Serviço de substituição do rolamento do motor de 1 HP, 220V, compatível a cancela PPA Sem Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da República.	UN	5		(*)
58	Serviço de substituição e configuração do conjunto de fotocélula com fonte de alimentação compatível a cancela PPA Sem Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da República.	UN	10		(*)
59	Serviço de substituição e configuração da botoeira de emergência para abertura manual da cancela PPA Sem Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da República.	UN	10		(*)
60	Serviço de substituição da base do motor de 1 HP, 220V, compatível a cancela PPA Sem Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da República.	UN	2		(*)
61	Serviço de substituição do retentor do motor de 1 HP, 220V, compatível a cancela PPA Sem Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da República.	UN	5		(*)

62	Serviço de substituição do conjunto de fixação da haste no gabinete da cancela PPA Sem Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da República.	UN	30		(*)
63	Serviço de substituição e configuração de leitor de proximidade, no sistema BIS .	UN	15		(*)
64	Serviço de configuração do leitor de cartão <i>smartcard</i> USB, no sistema BIS .	UN	5		(*)
65	Serviço de substituição e configuração da antena UHF com leitor UHF, posicionadas nas cancelas PPA Sem Parar Jet Flex, existentes nas dependências da Presidência da República.	UN	4		(*)
66	Serviço de instalação e configuração da placa de controle Bosch AMC Controlador V2.0, 4xWiegand, CF, existentes nas cancelas PPA Sem Parar Jet Flex, e vias de passagem DIGICON d'GATE existentes nas dependências da Presidência da República.	UN	10		(*)
67	Serviço de modernização e customização da aplicação de CADASTRO VISITANTE – ORION, integrado ao BIS , existente nas dependências da Presidência da República.	UN	5		(*)
68	Serviço de modernização e customização da aplicação "GATEVIEWER", integrado ao BIS , que disponibiliza visualização fotográfica de servidores e visitantes em tempo real quando do acesso às dependências da Presidência da República.	UN	5		(*)
69	Serviço de criação de relatório dinâmico, tipo " <i>dashboard</i> ", utilizando-se dos dados já disponibilizados na base de corporativa " BIS ", gerando, na sequência uma representação gráfica dessa consulta.	UN	2		(*)
VALOR TOTAL DO GRUPO					

(*) O preço **Total** é o que deve ser cadastrado no sistema Comprasnet.

1 Observações:

1.1 Prazo de validade da proposta de ____ (____) **dias**, a contar da data de sua apresentação.
(*No mínimo, 60 (sessenta) dias*)

2 Declaração

2.1 Declaro expressamente estarem incluídos no preço todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto deste pregão.

2.2 Declaro expressamente ter pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

3 Dados da empresa:

Empresa/Razão Social:

Endereço:

CEP:

CNPJ:

Telefone:

Banco:

Agência:

Conta-Corrente:

E-mail:

4 Qualificação do preposto autorizado a firmar o Contrato:

Nome completo:

CPF:

RG:

_____, ____ de _____ de 2022.

(Nome completo do declarante (Responsável legal) – ID – CPF

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE VISTORIA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante), doravante denominada licitante do Pregão, na forma eletrônica, nº 017/2022 - GSI, declara, sob as penas da lei, que:

Conhece as condições locais para execução do objeto ou tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

(Local), (UF), ____ de _____ de 2022.

Representante legal da licitante – ID – CPF

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 17/2022 - GSI

PROCESSO N.º 00185.001463/2022-91

DECLARAÇÃO QUE NÃO MANTÉM FAMILIAR

Eu,, portador da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., na qualidade de Representante Legal da empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede na, declaro para todos os fins de direito que, nos termos do subitem 4.4 do edital do Pregão, na forma eletrônica, nº 17/2022 - GSI, não há administrador ou sócio da empresa com poder de direção familiar de:

- a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

Declaro ainda que os sócios ou dirigentes desta empresa não mantém vínculo familiar com servidor do órgão contratante que tenha poder de influência sobre a condução da licitação.

Por ser verdade firmo a presente declaração para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos.

(Local), (UF), ____ de _____ de 2022.

Representante legal da licitante – ID – CPF

ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 017/2022 - GSI

PROCESSO N.º 00185.001463/2022-91

DECLARAÇÃO DE OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL

Ilmo. Sr.

(pessoa jurídica pagadora)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº..... DECLARA à (nome da pessoa jurídica pagadora), para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e

b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data.....

Assinatura do Responsável

ANEXO VI

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 017/2022 - GSI

PROCESSO N.º 00185.001463/2022-91

TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E MANUTENÇÃO CORRETIVA DA ATUAL SOLUÇÃO DE CONTROLE DE ACESSO DE PESSOAS E VEÍCULOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, INTEGRANTE DO SISTEMA INTEGRADO DE SEGURANÇA, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E A EMPRESA

.....

PROCESSO N.º

CONTRATO N.º /2022

A União, por intermédio do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, inscrita no CNPJ sob o nº 09.399.736/0001-59, neste ato representado por, portador da matrícula funcional nº, de acordo com a competência prevista no, publicada no Diário Oficial da União de, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no que couber do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 17/2022 - GSI, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a prestação de serviços de suporte técnico, manutenção preventiva e manutenção corretiva da atual solução de Controle de Acesso de Pessoas e Veículos da Presidência da República, integrante do Sistema Integrado de Segurança que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência deste Termo será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes, por iguais períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1 Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2 Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.3 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.4 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.5 Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.6 Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e

2.1.7 Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O preço total da contratação é de R\$...... (.....)

GRUPO ÚNICO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Mensalidade de disponibilidade para execução de Suporte Técnico, que envolve a verificação técnica de funcionamento do software <i>Building Integration System</i> (BIS) e bancos de dados vinculados, existentes nas dependências da Presidência da República.	Meses	12		
2	Mensalidade de disponibilidade para Manutenção Preventiva/Corretiva que envolve a verificação técnica de funcionamento de todos os itens que compõem o Sistema Integrado de Segurança, como cancelas, vias de passagens e leitores, existentes nas dependências da Presidência da República.	Meses	12		
3	Serviço de atualização e configuração do software <i>Building Integration System</i> (BIS), software proprietário da empresa BOSCH , atualmente em operação na Presidência da República, para a versão 4.5 ou superior.	UN	2		

4	Serviço de customização de relatório a partir do banco de dados SQL Server 2012R2 ou versão superior.	UN	3		
5	Serviço de restauração do banco de dados SQL Server 2012R2 ou versão superior.	UN	1		
6	Serviço de reparação de ponto de rede com substituição de conectores.	UN	20		
7	Serviço de reparação de cabo de fibra óptica multimodo com fusão.	UN	5		
8	Serviço de lançamento de ponto de rede CAT 6 (10 metros), instalação de conectores e certificação.	UN	6		
9	Serviço de lançamento de ponto de rede CAT 6 (20 metros), instalação de conectores e certificação	UN	6		
10	Serviço de lançamento de ponto de rede CAT 6 (30 metros), instalação de conectores e certificação.	UN	6		
11	Serviço de lançamento de ponto de rede CAT 6 (50 metros), instalação de conectores e certificação.	UN	6		
12	Serviço de reparação de ponto elétrico com substituição de pinos e tomadas.	UN	10		
13	Serviço de substituição dos postes de sacrifício existentes nas guaritas de acesso aos estacionamentos da PR e Anexos.	UN	5		
14	Serviço de isolamento contra intemperes das caixas de distribuição expostas ao tempo nas quais há equipamentos destinados ao controle de acesso de veículos instalados.	UN	20		
15	Serviço de refrigeração da caixa de distribuição exposta às intempéries, nas quais há equipamentos destinados ao controle de acesso de veículos instalados.	UN	5		
16	Serviço de substituição do conjunto soldado do pedestal em aço inox escovado AISI 304 fabricado em chapa de 2mm de espessura de qualquer uma das torres de via de passagem tipo DIGICON d'GATE já existentes na Presidência da República.	UN	2		
17	Serviço de substituição da fechadura articulada com cilindro e 2 chaves de qualquer uma das torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	UN	6		
18	Serviço de substituição do acabamento central da torre, em aço inox, com fenda, nos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE, 500R ou 500T, existentes na Presidência da República.	UN	2		
19	Serviço de substituição do acabamento central da torre, em aço inox, com fenda, nos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE, PNE, 900R ou 900T, existentes na Presidência da República.	UN	2		
20	Serviço de substituição do vidro temperado de 12mm, translúcido, em formato de "asa de anjo"	UN	4		

	nos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE, 500R ou 500T, existentes na Presidência da República.				
21	Serviço de substituição do vidro temperado de 12mm, translúcido, em formato de “asa de anjo”, nos modelos de torres de via de passagem DIGICON, d' GATE, PNE, 900R ou 900T existentes na Presidência da República.	UN	4		
22	Serviço de substituição do contrapeso de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	UN	4		
23	Serviço de substituição do conjunto da alavanca principal d'GATE de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	UN	6		
24	Serviço de substituição e ajustes do motor 24V compatível com o lado 500R ou 500T dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	UN	3		
25	Serviço de substituição e ajustes do motor 24V compatível com o lado PNE 900R ou 900T dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	UN	2		
26	Serviço de substituição da fonte de alimentação 220V/24V - 4,5A de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	UN	5		
27	Serviço de substituição da fonte de alimentação 220V/12V de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	UN	5		
28	Serviço de substituição e configuração da placa pictograma superior de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	UN	2		
29	Serviço de substituição e configuração da placa pictograma passiva de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	UN	2		
30	Serviço de substituição e configuração da placa pictograma frontal de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	UN	4		
31	Serviço de substituição e configuração do conjunto Kit de sensores receptores 500 das torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	UN	2		
32	Serviço de substituição e configuração do	UN	2		

	conjunto Kit de sensores receptores 900 das torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.				
33	Serviço de substituição e configuração do conjunto Kit de sensores transmissores 900 das torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	UN	2		
34	Serviço de substituição e configuração do conjunto sensor 10 transmissor DFLOW das torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	UN	2		
35	Serviço de substituição do capacitor elétrico 100000µF – 35V radial de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	UN	10		
36	Serviço de substituição e configuração da tampa superior do gabinete em aço inox com acrílico com 1 pictograma e sem registro de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	UN	2		
37	Serviço de substituição e configuração da tampa superior do gabinete em aço inox com acrílico com 1 pictograma e 1 registro de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	UN	2		
38	Serviço de substituição e configuração da tampa superior do gabinete em aço inox com acrílico com 2 pictogramas e 2 registros de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	UN	2		
39	Serviço de substituição do cabo solenoide 12V de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	UN	5		
40	Serviço de substituição do conjunto coletor de cartão com urna de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	UN	4		
41	Serviço de substituição da placa do motor – d'GATE AW900.	UN	5		
42	Serviço de substituição da placa do motor – d'GATE AW500.	UN	5		
43	Serviço de substituição e configuração do conjunto do módulo de controle e bloqueio de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	UN	5		
44	Serviço de substituição e configuração do sensor photo elétrico – receptor – E3Z – T81 12/24VDC de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	UN	5		

45	Serviço de substituição da placa de saída com 2 reles de qualquer um dos modelos de torres de via de passagem DIGICON d'GATE existentes na Presidência da República.	UN	4		
46	Serviço de substituição do conjunto mecanismo d'GATE 500R ou 500T.	UN	2		
47	Serviço de substituição do conjunto mecanismo d'GATE PNE 900R ou 900T.	UN	2		
48	Serviço de substituição do Gabinete universal em aço com espessura mínima de 2mm da cancela PPA Sem Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da República.	UN	2		
49	Serviço de substituição da barreira ou haste da cancela PPA Sem Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da República.	UN	10		
50	Serviço de substituição do sistema de escamoteamento para abertura manual da cancela PPA Sem Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da República.	UN	5		
51	Serviço de substituição e configuração da central eletrônica da cancela PPA Sem Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da República.	UN	8		
52	Serviço de substituição e configuração do conjunto de polias (superior e inferior) da cancela PPA Sem Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da República.	UN	5		
53	Serviço de substituição da correia lisa da cancela PPA Sem Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da República.	UN	5		
54	Serviço de substituição do motor de 1 HP, 220V, compatível a cancela PPA Sem Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da República.	UN	8		
55	Serviço de substituição do freio eletrônico da cancela PPA Sem Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da República.	UN	5		
56	Serviço de substituição do laço indutivo da cancela PPA Sem Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da República.	UN	5		
57	Serviço de substituição do rolamento do motor de 1 HP, 220V, compatível a cancela PPA Sem Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da República.	UN	5		
58	Serviço de substituição e configuração do conjunto de fotocélula com fonte de alimentação compatível a cancela PPA Sem Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da República.	UN	10		
59	Serviço de substituição e configuração da botoeira de emergência para abertura manual da cancela PPA Sem Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da República.	UN	10		
60	Serviço de substituição da base do motor de 1 HP, 220V, compatível a cancela PPA Sem	UN	2		

	Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da República.				
61	Serviço de substituição do retentor do motor de 1 HP, 220V, compatível a cancela PPA Sem Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da República.	UN	5		
62	Serviço de substituição do conjunto de fixação da haste no gabinete da cancela PPA Sem Parar Jet Flex, existente nas dependências da Presidência da República.	UN	30		
63	Serviço de substituição e configuração de leitor de proximidade, no sistema BIS .	UN	15		
64	Serviço de configuração do leitor de cartão <i>smartcard</i> USB, no sistema BIS .	UN	5		
65	Serviço de substituição e configuração da antena UHF com leitor UHF, posicionadas nas cancelas PPA Sem Parar Jet Flex, existentes nas dependências da Presidência da República.	UN	4		
66	Serviço de instalação e configuração da placa de controle Bosch AMC Controlador V2.0, 4xWiegand, CF, existentes nas cancelas PPA Sem Parar Jet Flex, e vias de passagem DIGICON d'GATE existentes nas dependências da Presidência da República.	UN	10		
67	Serviço de modernização e customização da aplicação de CADASTRO VISITANTE – ORION, integrado ao BIS , existente nas dependências da Presidência da República.	UN	5		
68	Serviço de modernização e customização da aplicação "GATEVIEWER", integrado ao BIS , que disponibiliza visualização fotográfica de servidores e visitantes em tempo real quando do acesso às dependências da Presidência da República.	UN	5		
69	Serviço de criação de relatório dinâmico, tipo "dashboard", utilizando-se dos dados já disponibilizados na base de corporativa " BIS ", gerando, na sequência uma representação gráfica dessa consulta.	UN	2		
VALOR TORAL DO GRUPO					

3.2 No preço acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 110322

Fonte: 0100

Programa de Trabalho: 168.499

Elemento de Despesa: 33.90.39

4.2 No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30. (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme previsto no Termo de Referência.

5.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.4 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.4.1 o prazo de validade;

5.4.2 a data da emissão;

5.4.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

5.4.4 o período de prestação dos serviços;

5.4.5 o valor a pagar; e

5.4.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

5.6 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.6.1 não produziu os resultados acordados;

5.6.2 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

5.6.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.13.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

5.15 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

5.16 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1 A contratada prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

7.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da data do recebimento da sua via do contrato assinada, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

7.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

7.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

7.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

7.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

7.4.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

7.4.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

7.4.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

7.4.4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

7.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

7.6 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

7.7 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

7.8 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

7.9 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

7.10 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

7.11 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

7.12 Será considerada extinta a garantia:

7.12.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

7.12.2 no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

7.13 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

7.14 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1 O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA e os materiais que serão empregados, são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

8.2 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.3 O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

8.4 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.

8.5 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.6 A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

8.7 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.8 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.9 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

8.10 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.10.1 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.11 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico ou o gestor, caso não haja fiscal técnico designado, deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

8.12 O fiscal técnico ou o gestor, caso não haja fiscal técnico designado, deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

8.13 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

8.14 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico ou o gestor, caso não haja fiscal técnico designado, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

8.15 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

8.16 O fiscal técnico ou o gestor, caso não haja fiscal técnico designado, poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

8.18 As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

8.19 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1 Obrigações da CONTRATANTE:

9.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.1.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.1.2.1 O fiscal designado não deverá ter exercido a função de pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 – Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara);

9.1.2.2 A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 – Plenário);

9.1.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.1.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

9.1.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;

9.1.6 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

9.1.6.1 Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

9.1.6.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

9.1.6.3 Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

9.1.6.4 Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

9.1.7 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

9.1.8 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

9.1.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

9.1.10 Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

9.1.11 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993;

9.1.12 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

9.2 Obrigações da CONTRATADA:

9.2.1 Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;

9.2.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato ou pelo gestor, caso não haja fiscal designado, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.2.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.2.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

9.2.5 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

9.2.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

9.2.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

9.2.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.2.9 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.2.10 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.2.11 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

9.2.12 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado.

9.2.13 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.2.14 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

9.2.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.2.16 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.17 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

9.2.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.2.19 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2.20 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

9.2.21 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

9.2.22 Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

9.2.22.1 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

9.2.22.2 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

9.2.23 Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;.

9.2.24 Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 10.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 10.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 10.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 10.1.4 comportar-se de modo inidôneo; ou
- 10.1.5 cometer fraude fiscal.

10.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.2.1 Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Administração;

10.2.2 Multa de:

10.2.2.1 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

10.2.2.2 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

10.2.2.3 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

10.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

10.2.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

10.2.2.6 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

10.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

10.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

10.2.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 10.1 deste Contrato.

10.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

10.3 As sanções previstas nos subitens 10.2.1, 10.2.3, 10.2.4 e 10.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

10.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

10.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

10.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

10.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

10.11 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.12 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2 amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1 É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2 É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1 A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2 A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS OMISSOS

14.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Brasília, de de 2022.

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA